

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 1.ª e 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária 22 de dezembro de 2023	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Dar as boas vindas a esta 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 2024, cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados de todas as Bancadas Municipais, cumprimentar o público em geral, comunicação social, lembrar que esta Sessão é transmitida via *online*, e portanto cumprimentar o público que está a assistir a esta sessão desta Assembleia Municipal. Desejar um excelente dia de trabalho e muito proveitoso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui António Assis Melo* é substituído pelo Senhor Secretário *Sérgio Rui Rodrigues Ruivo*;

O Senhor Deputado *João Carlos Malheiros dos Reis* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *Cláudia Viviana Afonso* é substituída pela Senhora Secretária *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Rui António Assis Melo, João Carlos Malheiro dos Reis, Cláudia Viviana Afonso e Manuel Agostinho Beça de Sousa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 23 de fevereiro de 2024.
- *Rui António Assis Melo*: Sessão de 23 de fevereiro de 2024.
- *João Carlos Malheiro dos Reis*: 23 de fevereiro de 2024.
- *Cláudia Viviana Afonso*: Sessão de 23 de fevereiro de 2024.
- *Manuel Agostinho Beça de Sousa*: Sessão de 23 de fevereiro de 2024.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Secretário, fiquei efetivamente surpreendido e estupefacto quando na chamada, chama o Senhor Deputado *Agostinho Beça* e vejo um braço no ar e como toda a gente sabe, no mês de janeiro, foi nomeado como chefe de equipa multidisciplinar de empreendedorismo e inovação agrícola, aliás, isto até foi uma trapalhada que até foram duas vezes, trapalhada não, acho que até é a ganância de querer ganhar dinheiro, porque ele queria começar a receber esse valor do dia 01 de janeiro e como sabem só depois de ser publicado e sair em Diário da República é que se torna efeito, portanto isto é a ganância de querer ganhar dinheiro. E o que diz aqui no artigo 58.º na alínea 2, que eu vou passar a ler, diz que: “As chefias das equipas multidisciplinares, diretamente dependentes do presidente compete orientar e zelar pelo normal funcionamento das mesmas, assegurar a programação, organização, coordenação e direção integrada nas equipas, competindo ainda em geral”, e a Lei Orgânica sobre esta matéria é muito, muito clara, aqui no ponto um, na Lei Orgânica 01/2001, de 14 de agosto, diz o seguinte: “Não são elegíveis para os órgãos das autarquias locais dos circuitos eleitos onde exercem funções ou jurisdição” e na alínea d) diz o seguinte: “Os funcionários dos órgãos das autarquias locais ou dos antes por estas constituídas ou em detrimento da composição, que exerçam funções de direção, salvo o caso da suspensão obrigatória das funções deve à data de entrega da lista de candidatura em que integrem.”

Portanto, no meu entender e o que diz a Lei é que o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, não pode estar na sala, sob pena desta Assembleia se tornar nula. Isto é o entendimento que eu faço da lei. Agora o Senhor Presidente que tome as intenções que assim entender.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Segunda a Mesa bem percebeu, coloca em causa a legalidade da presença do Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Perante aquilo que apresentou, naturalmente que a Mesa fará o devido enquadramento e dará a devida resposta.

Tendo sido posta em causa a legalidade da presença do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, pergunto-lhe se deseja usar da palavra em sua defesa?

----- O Senhor Deputado Municipal **AGOSTINHO BEÇA** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sobre esta matéria de momento, nada, mas absolutamente nada se me oferece dizer. Deixo ao critério da Mesa a decisão, se devo ou não permanecer na sala.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Conforme já referido, o devido enquadramento jurídico será feito, analisado e será dada a devida resposta à questão levantada pelo Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª e 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2023.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata, eu quando questiono a Senhora Presidente, relativamente à estrada de Vale Frechoso, para quando a sua reabertura? A Senhora Presidente respondeu-me, sobre a estrada de Vale da Azenha. Eu entendo o nervosismo da Senhora Presidente nesse dia, mas para mim isso não é uma forma válida. Ou é corrigido, ou voto contra. Não sei qual é o enquadramento jurídico também, já que andamos aqui nos enquadramentos jurídicos. Está na página 70.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se era essa a sua matéria, naturalmente que sim, se a Senhora Presidente estiver de acordo, um lapso qualquer um tem, não se trata de catalogar de nervosismo, não vamos catalogar as situações, as nossas funcionárias ouvem a gravação e transcrevem aquilo que ouvem.

Relativamente a quem respondeu ao tema, pode perfeitamente ter feito um lapso, como acontece com todos nós, ninguém é infalível, se esse é o seu tema e se está esclarecido, não vale a pena catalogar emocionalmente as situações, quando se tratam de lapsos. Lapsos acontecem com todos, ninguém está isento desse tipo de lapsos.

Quanto às nossas funcionárias, não foi efetivamente um lapso, transcreveram aquilo que ouviram na gravação, porque passados os dias após a reunião, naturalmente que já ninguém vai saber de que estrada efetivamente se tratava, ouve-se a gravação e transcreve-se, se o Senhor Deputado não estava a falar dessa estrada e era de outra estrada, naturalmente que fica registado e corrigido, não colocará em causa a votação, julgo eu, da Ata por força de uma situação dessa natureza, de um lapso normal e natural.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Relativamente à Ata, eu julgo que foi opção desta Assembleia, a transcrição de tudo aquilo que é dito, de momento não tenho de memória, aquilo que foi dito. Não concordo que haja alteração da Ata, sem que haja esta revisão, por parte daquilo que é a transcrição daquilo que nós dizemos, julgo que a Ata deve ser a transcrição e por isso, o Senhor Presidente, fará como entender.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 53 votos a favor, aprovar a Ata da 1.ª e 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2023.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bom dia a todos e votos de bom trabalho para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

A Mesa regista duas inscrições, para intervenção do público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quer fazer uma Declaração de Voto, Senhor Presidente de Junta de Frechas? Mas votou contra! O ponto já foi votado. Eu perguntei-lhe a si, interpelou a Mesa, ou melhor, não interpelou a Mesa, exerceu o seu direito de intervenção sobre o ponto da Ata, explicou as suas razões pelas quais não poderia aprovar a Ata. A Senhora Presidente entende que não se recordando em exatidão com aquilo que foi falado na altura, mantém aquilo que disse porque neste momento não tem a ata aqui consigo, também não está de acordo que se corrija, as funcionárias do setor de apoio fizeram uma transcrição do áudio e até existe o vídeo para consulta.

Relativamente ao outro assunto, o Senhor Secretário e o Senhor Presidente, já disseram, vamos estudar legalmente a situação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, já está aberto o Ponto de Intervenção do Público e o Senhor propõem-se a falar no Período já aberto da Intervenção do Público, em que eu já ia chamar e anunciar quem do público se inscreveu.

Terá que aguardar, a oportunidade da sua intervenção. Ninguém, lhe está a negar intervenção absolutamente nenhuma, é uma questão de cumprimento das regras formais da Ordem de Trabalhos, com o rigor que ela exige. Tem momentos para o fazer, só lhe pedimos que aguarde o momento apropriado, por favor.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para concluir e depois damos isto por encerrado.

Porque é que já tem havido aqui situações, como foi na penúltima Assembleia, que havia documentos que não estavam em conformidade e queriam o Parecer jurídico, foram suspensos os trabalhos até que o Parecer jurídico se pronunciou. E porque é que agora não interrompem a Assembleia e vêm se juridicamente é legal ou não é legal a permanência do Senhor Deputado? Porque é que ele há-de estar aqui? Consultam o Parecer jurídico e fazem aqui uma pausa, isto é que era o correto. Agora respondem-me daqui a quanto tempo?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa já deu instruções às funcionárias de apoio à Mesa da Assembleia Municipal, para entrarem em contato com o Doutor *João Sequeira*, do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Mirandela, para nos transmitir um Parecer sobre a questão.

Como deve compreender, a Mesa não pode, nem consegue ter resposta imediata em algumas matérias que são aqui colocadas. E também deve compreender, se cada Deputado em cada Assembleia Municipal, se levantasse uma questão de legalidade fosse daquilo que fosse, os Trabalhos eram constantemente interrompidos para se fazer a avaliação da legalidade da matéria.

Uma coisa é um Ponto da Ordem de Trabalhos, e a documentação de suporte, por ventura estar ferida de legalidade, não podendo correr o risco a Assembleia de votar uma matéria, eventualmente ferida de legalidade que pode ditar a sua anulação no que diz respeito à sua deliberação. Outra coisa, é o entendimento e aquilo que um Deputado Municipal pensa sobre uma determinada matéria, não pode ditar a interrupção dos Trabalhos da Assembleia Municipal, como deve compreender. Senão, amanhã ou depois, estávamos constantemente a ter que interromper os Trabalhos da Assembleia, porque um Deputado, entendia, ou no seu parecer, ou no seu entendimento que isto não estaria bem, ou aquilo não estaria menos bem.

Como deve compreender, a situação está em análise, como lhe foi prometido, a situação não tem caráter urgente, está a ser avaliada e no fim dessa avaliação será transmitida à Assembleia Municipal e ao Senhor Deputado as conclusões do enquadramento jurídico sobre a questão que levantou. Como deve compreender, não obedece a uma paragem dos Trabalhos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Além do mais Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, o seu incómodo neste momento ainda é extemporâneo, porque nós ainda nem sequer começamos o Período Antes da Ordem do Dia. Quando interrompemos a Assembleia Municipal por questões de eventuais lapsos em documentos, ou outras situações, já foi no Período da Ordem do Dia, nós ainda estamos no período prévio à Ordem do Dia, portanto, nós estamos a auscultar a situação e caso isso venha a suceder durante o Período da Ordem do Dia, não seja tomada, ou dada uma resposta à Assembleia Municipal, aí sim, o seu incómodo seria justificado, neste momento parece-me um pouco extemporâneo esse incómodo da sua parte.

Eu passo a palavra ao Senhor Secretário.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme a Mesa referiu ao Senhor Deputado José Carlos Teixeira e toda a Assembleia Municipal, a situação encontrava-se em avaliação e numa primeira avaliação, após o tal contacto que referi junto do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Mirandela, é opinião do Dr. *João Sequeira*, que de facto o Senhor Deputado *Agostinho Beça* não deverá permanecer na sala da Assembleia Municipal.

Estamos a tentar apurar com maior rigor, vamos entrar em contacto com outro Jurista, Dr. *Veiga e Moura*, mas se esta primeira avaliação, ainda não fechada totalmente, se causar algum desconforto ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, naturalmente que tem a prerrogativa, a liberdade e a tomada de decisão é sua e pessoal.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, como é óbvio nesta circunstância afigura-se que o mais apropriado será retirar-me da sala, como irei fazer já de imediato e para deixar toda a gente tranquila, se porventura a Mesa decidir que tenho direito à senha de presença, eu irei prescindir dela, em favor de uma organização de caráter social da nossa cidade.

Muito obrigado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor Deputado *Agostinho Beça*, tomou a decisão pessoal, em função das primeiras informações que recebemos sobre a questão levantada, da legalidade da sua presença como Deputado Municipal nesta Assembleia Municipal de Mirandela, tomou a decisão de se retirar.

A situação continua em avaliação até um Parecer e uma decisão final sobre a matéria, mas pelo menos, conforme prometido a toda a Assembleia, a avaliação estava em marcha e em curso e já ditou pelo menos este desfecho provisório.

Vamos perseguir com a Ordem de Trabalhos, penso que estamos em condições de retomar o Ponto 2, Público – Primeira Intervenção do Público, cuja Mesa recebeu duas inscrições.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, alguém nos fez chegar, já se torna incómodo para si também, nesta Assembleia a minha presença perante a discussão em relação ao parque Tua Sol. Não irei parar, não irei desistir de o fazer, mas não vejo que realmente haja alguém com vontade que isto se resolva, já é tempo de resolver. Quero dizer que a Câmara, foi preciso esperar três anos, para mandar fazer o muro, que já o começaram. Senhora Presidente, pergunto: qual o ponto da situação da *tiroleza* e projetores de luz direcionados para a nossa casa? Não vou dizer mais nada em relação à *tiroleza* até prova em contrário. As coisas já estão a decorrer em Tribunal.

Senhora Presidente, as respostas dadas no dia 29 de dezembro, ainda não chegaram a casa. Em relação às respostas, é uma mão cheia de nada. O Senhor Vereador *Vitor Correia* tenta tapar o sol com a peneira.

Senhor Vereador, dá-me impressão que o lugar lhe subiu à cabeça, onde anda a sua humildade?

Senhora Presidente, onde está o *dossier* que perguntei na última Assembleia, relacionado com o parque, para saber se o parque está legal ou se está ilegal, ainda não apareceu, é porque não há legalidade. Senhora Presidente, no dia 29 de dezembro, fez uma intervenção. Pergunto-lhe, sobre coisas que citou e mencionou, porque não citou a nossa? Com medo de perder amigos e amizades ou com medo de represálias?

Senhora Presidente, quem ama, não trai, quem gosta não faz mal. É aquilo que a Senhora Presidente não está a fazer connosco. Senhora Presidente, entrou uma queixa-crime contra a Câmara Municipal de Mirandela, está a decorrer e está em curso. Mas também apresentei uma queixa-crime, contra a Senhora Presidente da Câmara, porque não aceito e não posso aceitar o deslante que está a ter com o tratamento que me está a fazer nesta Assembleia, que me está a querer desprezar. É obrigada a responder às minhas perguntas, se não, em Tribunal, vamos ver a quem vão dar a razão.

Vai para três anos que este sofrimento já anda, já chega, já basta!

Senhora Presidente, permita-me, em 2023, falei com o Senhor Vice-Presidente, que me disse: “ estamos a terminar o orçamento para 2024”. Pergunto-lhe: “ Ainda não teve tempo de o terminar? Sabe bem o que combinamos aqui neste lugar! Que queria falar comigo. Senhor Vice-Presidente, é mais fácil apanhar um coxo, que um homem verdadeiro.

Senhora Presidente, pergunto mais uma vez, a feira da alheira em Mirandela, porque não nos fazemos representar por uma televisão, seja ela qual for.

Senhora Presidente, se o caso for para a barra do Tribunal, já há pessoas nesta Assembleia que se disponibilizaram testemunhar a nosso favor. Irão ser arroladas muitas testemunhas, mas com o consentimento de algumas pessoas com quem já falei hoje, e o Senhor Presidente, não irá estar isento de ser arrolado também como testemunha.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ERMELINDA PEREIRA* de Abreiro disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Para quem não me conhece, eu chamo-me Ermelinda, nascida e criada até aos 20 anos na freguesia de Abreiro. Fui para Lisboa, onde trabalhei e me reformei. Voltei há já 23 anos, com alegria, entusiasmo e uma força de vontade incrível, capaz de tudo e mais alguma coisa, lutei até onde pude e me deixaram. Enfim, a luta agora é outra, é a água da aldeia, é a saúde das pessoas. Eu sei que muitas das coisas há anos que podiam ser resolvidas, mas não foram, foram resolvendo cada um à sua maneira, mas é agora que os problemas se estão a agravar e é agora que tem de ser resolvido, não é com mentiras e tralhalices que os problemas se resolvem e ficam sempre bem na fotografia. Estas palavras não são para todos, mas sim para quem os pratica, sabem disso? E assim fica o nome da aldeia conhecido e marcado por todo o lado. Mandam ferver a água e resolve a situação. Ou é a maneira de tapar o sol com a peneira?

Ferver a água quantos dias? Um, dois, cinco, 50, 135, 136.

O problema não é só a água ser férrea. Isso nós sabemos, o que a aldeia não sabia é que estamos a envenenarmo-nos lentamente. Também sabemos que a limpeza do depósito, não é feita como deveria ser, ou não é mesmo feita. É triste, mas é a verdade.

O pouco que eu posso fazer, as poucas possibilidades que tenho, e a pouca saúde, se for necessário alguma ajuda da minha parte, eu estarei às ordens como sempre estive.

Não é por isso que pagamos menos água, com o grande acréscimo das acabelas que temos, que por vezes, pagamos mais que a própria água. Eu penso que quem poderia responder com alguma certeza a tudo isto, serão os senhores engenheiros formados para este mesmo fim. Se não, o Senhor Vereador ou mesmo o Senhor Delegado de Saúde. Eu tenho andado bem doente, com dores nos intestinos, diz que pode ser derivado de uma bactéria, eu sei lá, quem me garante que não é a água que bebemos, não sou a única, muita gente se queixa. Ou então, a solução, seria mudar a aldeia para a cidade, eu não me importo, desde que me facultem uma casa condigna para viver.

Isto é realmente aquilo que tenho a dizer, e não adianto em mais nada. Se for possível o meu pedido ser atendido, desde já fica o meu agradecimento e o de toda a aldeia. Ao mesmo tempo, peço desculpa por ser tão direta, mas é o que sinto. Abreiro é uma aldeia que já deu grande ser a Mirandela, será que a aldeia que eu tanto amo, não merece um pouquinho mais de atenção e respeito?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões apresentadas pelo Senhor *Manuel Brízido*, dizer que, a resposta vai ser enviada por escrito.

Em relação à Dona *Ermelinda Pereira*, agradecer a forma como expôs o problema da aldeia, porque efetivamente Milhais não tem o mesmo problema. Nós em Milhais, não é um problema da freguesia, é um problema da aldeia de Abreiro. De facto temos captações de água, já fizemos a análise a outro local para fazer uma nova captação, mas neste momento, temos um furo que faz o abastecimento da aldeia. Os técnicos têm tido uma preocupação excecional com a aldeia e temos o maior respeito pelas dificuldades. No passado mês de janeiro, houve uma visita de técnicos das Águas do Norte, para vermos, que outras intervenções seriam possíveis fazer, por causa da água, e tivemos um relatório técnico que nos aconselhou, a fazermos algo que está em curso, intervenção ao nível do depósito, intervenção nos filtros, a limpeza das próprias canalizações, pelo que, contratamos uma empresa para limpar as próprias canalizações e também a colocação de válvulas de escape nos ramais de fim de linha, que eram, as casas

onde havia maior problema de água mais turva. Portanto, Abreiro, efetivamente a água é uma água férrea e tem que ser acompanhada de uma forma com muito rigor, mas também com muita proximidade, e é isso. Nós já fizemos reuniões, com as populações, efetivamente algumas semanas, não há problemas, mas depois volta outra vez o problema. Equacionando-se e adotando todas estas questões, está a pôr-se em causa também a substituição de algumas condutas, que sejam mais antigas, mas aquilo que os técnicos nos dizem, e nós seguimos a opinião dos técnicos, é que, temos que ter algumas intervenções mais diretas, para que não haja problemas.

Na última análise, houve um problema com arsénio, e por isso foi aconselhado alguns cuidados adicionais com a própria água.

Aquilo que posso garantir à população, é que temos feito tudo que é possível tecnicamente. O ideal, seria o abastecimento, sem ser por captação própria. Fazer um ramal de outro local, que não furo. Mas as Águas do Norte também nos estão a ajudar a estudar outra forma de nos fazer chegar a água de outra localização que não ponha em causa a saúde. O Delegado de Saúde, também está a acompanhar esta situação, ou seja, nós não podemos permitir a utilização da água que não esteja própria para a saúde, e por isso, também temos que confiar naquilo que o próprio Delegado de Saúde diz.

Esta é uma situação, que no Concelho todo, nos preocupa, não pela quantidade de água, nós felizmente temos água em quantidade, mas é pela qualidade da água do furo de captação própria. Na altura a população disse, que havia outro local onde a água não era tão férrea, fomos lá, fizemos a análise a água, a água da pior qualidade do que é o furo que temos atualmente, e portanto, não fizemos essa solução, não resultaria, e agora, estamos a avaliar outras soluções, que poderá passar pelo abastecimento de condutas das Águas do Norte ou de outra fonte de abastecimento de água à população de Abreiro.

Felizmente, na aldeia bem próxima, Milhais, que faz parte da freguesia, não existem problemas de qualidade da água, nem de quantidade, a não ser, uma situação, em que houve uma rotura lá na aldeia, mas isso são situações pontuais. Milhais tem uma captação própria, mas não tem havido problemas de qualidade.

A água de Abreiro, é de facto uma água férrea com problemas, e é uma água turva, e portanto não oferece as condições de qualidade que nós precisaríamos. O pior são algumas situações de declive da própria aldeia, ou então no final da linha de abastecimento, onde é aconselhável também, abrir as válvulas para drenar a água que fica ali concentrada, portanto estão em curso todas as intervenções que nos foram aconselhadas, e está em curso um outro plano, que é o abastecimento de outro local, que não a captação própria de Abreiro. Julgamos que agora, até ao final do primeiro semestre, temos que ter soluções e fazer um grande investimento, e por isso, estamos atentos. Lamentamos que esta situação dure desde sempre, ou seja, já dura há muitos anos, este problema da água de Abreiro, nunca foi resolvido, mas vai ter que haver uma solução, porque para tudo na vida há uma solução, e os nossos conceterrâneos de Abreiro merecem evidentemente a água nas melhores condições. Mas embora nós saibamos que há problemas em muitas das aldeias, mas este é um problema contínuo, de há muitos anos.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Nota de Pesar – Falecimento de *Marcelo Jorge Lago*

No silêncio entre as paredes deste Salão da Assembleia Municipal, silêncio este, agora ensurdecedor, pela comoção fácil, e que no mais íntimo das vossas cogitações, deixai, que vos louve um homem que durante décadas trabalhou pelo progresso da nossa terra, e que nos deixou, por data do seu falecimento, no dia 7 fevereiro de 2024, com 83 anos de idade – O PRESIDENTE *MARCELO JORGE LAGO*.

Não podemos, como mirandelenses, esquecer, uma das nossas referências do poder autárquico local, aquele que, durante pelo menos 11 anos, foi o nosso maior símbolo de unidade política do concelho, e que durante décadas, com o fervor das suas iniciativas de elevada cidadania se manteve sempre ao qual estava umbilicalmente ligado.

Para melhor recordá-lo, faço um íntimo apelo, à Mesa da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. *Francisco Esteves*. Que nos unamos a uma só voz, neste voto de pesar. Esqueçamos tudo o que possa dividir, para só lembrarmos tudo o que nos deve unir - tradições, interesses e aspirações, que é quase tudo que um homem na sua condição humana e social é, e que *Marcelo Lago*, representava e defendia com grande combatividade, com excelso bairrismo e com muita democraticidade.

Natural da freguesia de Cabanelas, do concelho de Mirandela, *Marcelo Jorge Lago*, nasceu a 12-6-1941, filho de *Manuel Joaquim Lago*, Subchefe da PSP e de *Luísa da Conceição Silva*, doméstica.

Iniciou os seus estudos na Escola Primária de Cabanelas.

Fez o serviço militar na Escola de Telegrafistas, em Lisboa.

Casou-se com *Ida Amparo Morais Lago*, em 15 de maio de 1960, de quem teve dois filhos, *Orlando* e *Emília Lago* e três netos.

Marcelo Lago, desde cedo deu mostras da sua capacidade de ir em frente na vida. Com particular apetência para empreender, abraçou a vida de comerciante em 1959, dedicando-se ao comércio de produtos regionais e camionagem, onde mais tarde, entre 1968 – 1976, viria a estabelecer-se comercialmente, em Mirandela.

Mas o homem que hoje aqui louvamos, mais que o comerciante, viria a tornar-se conhecido e personalidade importante no concelho, pela assunção de importantes funções.

O seu percurso de autarca começou, entre 1960 – 1963, quando se tornou presidente da junta de Freguesia de Cabanelas, sucedendo a Manuel Joaquim Lago, seu pai.

No desempenho das suas funções, tomou o gosto de servir o seu povo, pelo que da política autárquica, jamais se viria a distanciar.

Ocorrido o 25 de abril de 1974 e na oportunidade das alterações políticas ocorridas, Marcelo Lago, com a sua experiência política, preconizou várias movimentações, rumo a um objetivo importante.

Em 16 de janeiro de 1976, tornara-se membro, como viria a presidir à então Comissão Administrativa, da Câmara Municipal de Mirandela, por um ano, ganhando a mesma responsabilidade em comissões administrativas seguintes.

Verificando-se eleições antecipadas a 10 de setembro de 1978, que foram vencidas por Marcelo Lago, até 1989, foi então, sempre eleito Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, período este contínuo, que lhe permitiu conjuntamente com outros mirandelenses ilustres, romper de vez com a letargia política instalada de décadas.

Para a maioria dos mirandelenses, a presidência de Marcelo Lago, marcou, seguramente, uma época de grandes realizações, obras essas, que eram arquitetadas na base de uma boa cooperação institucional com o Poder Central, por forma a obter as providências adequadas, com vista à construção do progresso económico e social do nosso concelho.

Como obras marcantes, dos onze anos de exercício presidencial autárquico, destacam-se com a maior referência: - O Centro Cultural Municipal, com o Auditório e Biblioteca, obra pioneira à época, sobretudo no contexto cultural e face a outros concelhos e distritos limítrofes; o Gabinete de Apoio Técnico (GAT), que promoveu a fixação de quadros superiores no concelho, em áreas técnico profissionais tão fundamentais no apoio ao desenvolvimento da região; o Bairro de Fomento de Habitação; a Escola Luciano Cordeiro; o Bairro do Castanheiros; a Avenida das Amoreiras; a Avenida 25 de abril, a Igreja de São Bento; o Parque Expo Reginorde, sendo o único na região, assim como o número de obras realizadas nas juntas de Freguesia, dotando-as de infraestruturas e saneamento básico.

Assim, foi o Presidente *Marcelo Lago*, que no dia 16 de maio de 1984, recebeu oficialmente a comunicação e de data histórica, que “a vila de Mirandela, é elevada à categoria de cidade”.

E muitos mais atos, obras, acontecimentos e efemérides importantes na história de Mirandela, ao Presidente *Marcelo* se devem.

Entre 1980 – 1989, acumulou diversos cargos na administração regional, nos quais destacamos, a Presidência do Concelho do Agrupamento da Terra Quente e a Presidência do Concelho de Administração da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), entre outros cargos.

Foi membro da Assembleia Municipal de Mirandela entre 2001 e 2009 e entre 2013 e 2017. Viria a ser também, presidente eleito da junta de freguesia de Carvalhais, entre 2005 e 2009.

O Presidente *Marcelo Lago*, como muitos lhe chamaram toda a vida, exerceu as suas funções com um verdadeiro espírito de missão e exemplar cidadão de dedicação a grandes eventos municipais.

Para além do autarca de referência, *Marcelo Lago* foi também em toda a sua dimensão um homem de palavra. Como transmontano, a sua conduta primava pela lisura dos procedimentos, com grande abertura, sinceridade e grande amizade ao seu semelhante.

Marcelo Lago, pautou a sua vida pessoal e política de acordo com princípios de respeito, de frontalidade e de honradez;

Na vertente social foi um homem humanista, amigo e generoso. Jamais negava ajuda a toda e qualquer iniciativa que julgasse válida.

O envolvimento na vida social não se limitava a dar as suas contribuições. Chegou a assumir funções em órgãos sociais de coletividades da cidade, como por exemplo, foi presidente do Sport Clube de Mirandela, como até à relativamente bem pouco tempo, mantinha a Presidência da Associação dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela.

Enquanto homem na família e na sociedade, *Marcelo Lago*, tinha invulgares qualidades de amigo, franco e de leal entendimento, que, quem consigo privava, rapidamente reconhecia e admirava.

Nos últimos anos de vida, mas só quando os seus afazeres profissionais e de dirigente o permitiam, era vê-lo a fazer aquilo que tanto gostava, as tarefas agrícolas, gosto que cultivava desde a sua juventude, vivida em meio rural. Tratava as suas hortas e olivais com dedicação, ambiente que lhe fazia relembrar os seus amigos de infância, amigos que até aos últimos dias de vida mantinha e cultivava.

Marcelo Lago, tinha um gosto sem igual pela sua terra, um orgulho irreprimível na sua condição de mirandense ilustre, e uma paixão genuína pelas gentes da sua terra.

Mirandela perdeu um dos mais notáveis cidadãos da sua geração, um homem bom de referência, um homem solidário, um servidor da causa pública, um verdadeiro patriota.

O legado de *Marcelo Lago*, será julgado pelos homens e pela história, jamais pela política.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, propõe que, na sessão ordinária realizada, dia 23 fevereiro de 2024, delibere:

1. Expressar à família, votos de condolências e profundo pesar pelo falecimento de Marcelo Jorge Lago;
2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;
3. Dar conhecimento deste voto pesar à comunicação social local.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, de ter tido a generosidade de envolver esse Voto de Pesar a toda a Assembleia Municipal. Transmito-lhe que a Mesa abraça esse repto incondicionalmente para homenagear o homem e o político, que foi, *Marcelo Jorge Lago*.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que, há relativamente pouco tempo, fui desafiado, por um conjunto de amigos. O primeiro a falar comigo, foi o Senhor Presidente de Junta dos Avidagos, *Arménio Vaz*, na tentativa de homenagearmos em vida. Infelizmente, não foi possível. Eram estas as palavras que tinha para lhe dirigir, na Sessão Solene onde certamente iriam estar muitos amigos e muito poucos Partidos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa, aproveita para informar, que também recebeu outra proposta de Voto de Pesar e de minuto de silêncio, por parte da Bancada do CDS/PP, esta dirigida a quatro figuras, falecidas recentemente, figuras mirandenses. Faremos depois um minuto de silêncio, de forma conjunta e global. Porque das quatro pessoas que compõem este Voto de Pesar da Bancada do CDS/PP, também faz parte, *Marcelo Jorge Lago*.

Ficará então, para o final do ponto, esperando que a família também possa estar presente, e participar no momento.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista, quer de uma forma inequívoca e muito sentida, unir-se a esta homenagem e este Voto de Pesar que foi feito pelo *Paulo Pinto*, obviamente que, da nossa parte e especialmente da minha parte, o *Marcelo Lago* era uma figura por quem eu tinha um extraordinário carinho, e portanto, também sinto muito a sua perda. E obviamente, que todos os mirandenses, de uma forma ou de outra, terão esse sentimento de perda, de um homem que foi um grande líder mirandense.

Eu quero ressaltar aqui duas ou três pequenas particularidades, porque o momento assim o exige. Nós estamos hoje na última Assembleia Municipal, antes das mais importantes eleições dos últimos anos, e estamos na última Assembleia Municipal antes das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e cada vez mais, temos de fazer uma introspeção e um momento para cada um de nós, para sermos mais consequentes, mais responsáveis e mais sérios.

Os avanços civilizacionais, e sobretudo sociais, que temos assistido nos últimos anos, fazem com que tenhamos a geração mais viajada, destemida, instruída e qualificada de sempre. Temos uma sociedade mais justa e solidária, ao contrário do que nos foi incutido há alguns anos pela malfadada PAF – Portugal à Frente, transvertida agora de uma pseudo AD. O estigma de uma “peste grisalha” e de uma luta intergeracional, como lhe quiseram chamar, está ultrapassado.

A memória é e terá sempre de ser o ponto de partida para o futuro. Como já disse aqui algumas vezes, aqueles que não se lembram do passado, estão condenados a repeti-lo. Acrescento mais, a não ser que a repetição nos agrade.

Por vezes, os sinais são desencorajadores e assustam, mas há soluções, há escapes. Temos que ser consequentes, e sobretudo proactivos. Procurar algo mais do que a “espuma dos dias”. A busca da indignação do dia para que, como um prato comum, que nos satisfaz, mas rapidamente é esquecido, não deixa memória, não faz caminho. Deixar de entrar nas histórias vãs que nos levam a querer ter autonomia até nos concelhos e nos territórios vizinhos, ou não respeitar a separação dos poderes e consagração da laicidade de uma nação. Temos de ser o exemplo pela positiva, construir e não destruir só porque sim.

Caros e caras colegas, Senhores Deputados Municipais, há um sentimento de descontentamento com os Partidos do arco governativo, que tem de ser em todos os dias, em todas as reuniões dos Executivos camarários e sobretudo em todas as Reuniões da Assembleia Municipal de ser desmontado. É aqui, que temos que demonstrar com palavras, e sobretudo, ações aos mirandenses, que estamos aqui para os defender, para dar voz às suas preocupações e aos seus anseios. Se, assim não for, se apenas nos preocuparmos com a indignação do dia, e com assuntos de “lana-caprina”, perdemos lentamente, mas definitivamente, o seu respeito. E quando não há respeito por quem elegemos, deixamos de acreditar no processo democrático e estamos abertos a aventuras.

Caros e caras colegas Deputados, como sabem, sou candidato pelo Partido Socialista, nas listas do distrito de Bragança. Obviamente, e de forma inequívoca acredito que a lista que integro e o candidato a Primeiro-Ministro que apoio, são a melhor solução para os destinos do distrito e do país. Acredito que o caminho que já foi feito nestes anos, é muito positivo em quase todos os dados sociais, económicos, financeiros, assim o indicam. Mas não é assim que eu quero acabar esta intervenção.

Quero apelar a todos, que imbuídos do espírito de abril, exerçam o seu direito de voto. Ninguém pode e nem deve ficar em casa.

Alguns dos nossos avós, lutaram para que os nossos pais pudessem votar livremente. Eu pertenço a uma geração, que ainda tem memória, e faz questão de a honrar. Saibamos todos, incentivar os nossos cidadãos a participar nesta escolha. Se possível, da mais esclarecida forma possível.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começo por dizer que nós também nos associamos às palavras que o *Paulo Pinto* acabou de referir, a propósito do falecimento do Senhor *Marcelo Lago*. Nós entendemos, que há outras personagens que também merecem essas palavras, e por isso, apresentamos uma Proposta que depois será lida, em que resumimos sinteticamente um bocadinho do currículo deles, para que quem às vezes não os conhecia bem, poderem avaliar porque é que fizemos essa Proposta a esses quatro personagens, que eu lhes chamei, ilustres mirandenses, que faleceram recentemente.

Devo aqui confessar, com alguma emoção, que talvez eu fosse um privilegiado em relação ao Senhor *Marcelo Lago*, porque desde que vim para Mirandela conversei muitas vezes com ele e se calhar fui dos últimos a quem ele cedeu uma entrevista para o trabalho que estou a elaborar, sobre o Poder Local, os 50 anos do Poder Local. Devo isso também, à filha, que proporcionou isso. Já andávamos há mais de dois anos para conversar, nunca havia oportunidade e vejam 10 dias, 15 dias antes, tive essa sorte, esse privilégio, que está registado e será depois divulgado, aquilo que ele disse nesse livro. Portanto, eu tinha obrigação, de fazer

alguma coisa, também em relação ao Senhor *Marcelo Lago*. Mas aos outros personagens, depois vão ver também incluímos aqui no Voto de Pesar e de homenagem que achamos por bem lhe fazer e penso que toda a gente vai concordar.

A intervenção que eu tenho aqui é breve.

A situação económica das famílias em Portugal, tem vindo a deteriorar-se nos últimos tempos.

O cabaz de produtos essenciais, é cada vez mais caro. Também as rendas de casa, aumentaram. Assim como, os combustíveis e outros bens e serviços a que não podemos fugir, porque são necessários para o nosso quotidiano.

Por Mirandela, sente-se essa dificuldade, ao nível das famílias, em gerir os orçamentos de cada um, que já não chegam para cobrir esses aumentos das despesas. A agravar toda esta situação, os municípios deste concelho sentem além desses aumentos ao nível nacional, sentem os aumentos a nível local. Vou dar dois exemplos: É o caso da fatura da água.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, o aumento das taxas ligadas à água, aqui aprovado para 2024, fez aumentar o valor da fatura. A Senhora Presidente, dizia que não e a prova está aí, muitos mirandenses sentiram isso, porque pagaram a fatura da água de janeiro de 2024 mais cara do que a do mesmo mês de 2023.

É um bem essencial, a que não podemos fugir. O problema da água, é mais grave do que isto, já falamos aqui, não vamos falar. Já ouvimos a Dona *Ermelinda* falar sobre o problema da água de Abreiro e nós estamos muito preocupados, hoje é Abreiro e amanhã podemos ser nós. Por isso, entendo que continuo a defender aquilo que defendia na altura, as taxas da água, a fatura da água, não devia ter subido.

Como se isso não bastasse, vem agora o Executivo implementar o pagamento do estacionamento em frente ao Centro Cultural de Mirandela, com a colocação de parquímetros, o que torna mais caro viver em Mirandela. Em particular para aqueles que têm que trabalhar aqui nesta área, para aqueles que têm que vir aos diversos serviços aqui existentes, para aqueles que nos visitam e queiram visitar, por exemplo, o Museu *Armindo Teixeira Lopes*, para os residentes aqui da área. É um golpe que está a dar no acesso à cultura, quem queira recorrer a este complexo cultural. Não entendemos isso, inclusive a quem precise ir à Junta de Freguesia de Mirandela e então, pior se torna, depois Mirandela não tem uma rede urbana de transportes que colmate esta situação.

A Câmara, não pensou primeiro numa situação alternativa, foi criado mais estacionamento alternativo, gratuito, ao que agora, foi pura e simplesmente subtraída a população em geral? Acaso pensou, nas imensas reuniões que aqui se fazem? Acaso pensou em todos nós, Membros desta Assembleia Municipal de Mirandela e ao público que quisesse assistir a estas Reuniões? Ou isto é de propósito para vir menos gente a assistir às Reuniões, aos eventos, às atividades culturais, que aqui se realizam?

Por isso, é justo dizermos que este Executivo municipal, não tem colaborado para que os municípios de Mirandela possam sentir minimizados os efeitos da carestia da vida nacional, mas sim tem contribuído para que a vida em Mirandela se torne cada vez mais difícil de aguentar em termos económicos, de mobilidade, de acesso aos diversos serviços culturais, administrativos, e outros.

A terminar, também não poderia deixar de referir outro assunto que queremos aqui abordar, prende-se com o problema da tirolesa do Bairro Tua Sol. A Câmara já está a construir uma vedação no muro do Senhor *Brízido*. Acha que isso vai retirar o barulho da tirolesa? Já demos aqui uma solução para acabar com o problema. Ouvimos alguns Presidentes de Junta, hoje mesmo de manhã, que se oferecem para levar a tirolesa para as suas freguesias. Já ouvimos aqui também um Presidente de Junta falar disso. Vai ou não, remover a tirolesa para outro local? Quando? Porque espera? Espera que em cada Assembleia tenhamos o Senhor *Brízido* a levantar o problema? Dê uma solução rápida para todos, se faz favor.

“PROPOSTA

Propõe-se um Minuto de silêncio, como forma de Homenagem e reconhecimento, a comunicar às respetivas famílias, pelo falecimento das seguintes figuras ilustres, mirandenses que deram o seu melhor por Mirandela e não só, enquanto puderam, a diversos níveis, incluindo o desempenho de funções autárquicas de relevo.

A saber:

Jorge Luís Pereira de Melo Teles de Vasconcelos Rook de Lima, nascido em 1928 em Montemor-o-Velho e falecido no Hospital da CUF no Porto dia 3 de janeiro de 2024.

Foi Chefe de Delegação Regional de Trás-os-Montes do Instituto Geográfico e Cadastral, sediada em Mirandela desde os anos 80.

Foi vereador e vice presidente da Câmara de Mirandela eleito nas primeiras eleições autárquicas de 1976.

Foi Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, eleito nas eleições de dezembro de 1979, para o mandato 1980-1982.

Tinha residência em Mirandela, onde viveu com sua esposa, Professora *Hortense*, e onde criou os filhos.

Maximino José Silva Monteiro, natural das Aguieiras, Mirandela, onde nasceu em 1937. Faleceu em Braga em 10 de Janeiro de 2024.

Foi locutor e jornalista em vários órgãos de comunicação social, rádio e revista, em Luanda, Angola.

Exerceu a docência em Mirandela.

Foi o Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, eleito Democraticamente em 1976.

Foi várias vezes deputado Municipal desta Assembleia Municipal de Mirandela.

Era sócio da AMIR, Associação dos Amigos de Mirandela.

Vinha frequentemente às Aguieiras e à cidade de Mirandela, nunca esquecendo as suas raízes.

Marcelo Jorge Lago nasceu em Cabanelas, Mirandela, em 1941. Faleceu dia 7 de Fevereiro de 2024.

Foi Presidente da Freguesia de Cabanelas entre 1960 e 1963.

Foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Mirandela a partir de 16 de Janeiro de 1976.

Em 1978 preside, novamente a outra Comissão Administrativa da Câmara de Mirandela.

De outubro de 1978 a Dezembro de 1989 exerce o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, eleito democraticamente.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, Coordenador da Proteção Civil.

Fez parte dos órgãos dirigentes de algumas associações, como do Sport Clube de Mirandela e da APPCDM.

António Delfim Bahamonde Alves nasceu em Mirandela há 89 anos. Faleceu nesta cidade dia 2 de fevereiro de 2024.

Também o Senhor Toni fez parte da sociedade de Mirandela participando com as suas atividades empresariais, fazendo parte dos órgãos sociais da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

Incluímos igualmente este mirandense, pois, dentro do seu percurso de vida, ajudou Mirandela a desenvolver-se na área da economia, dos negócios, do tecido empresarial.

O Grupo Municipal do CDS.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer toda à Assembleia Municipal, a Associação, toda esta Homenagem e Voto de Pesar dos mirandenses, aqui apresentados, desta iniciativa da Assembleia Municipal de Mirandela, será dada o conhecimento às respetivas famílias destes Mirandenses.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1. Expressar à família, votos de condolências e profundo pesar pelo falecimento de *Marcelo Jorge Lago, Jorge Luís Pereira de Melo Teles de Vasconcelos Rook de Lima, Maximino José Silva Monteiro e António Delfim Bahamonde Alves*;**
- 2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;**
- 3. Dar conhecimento deste Voto Pesar à comunicação social local.**

----- A Assembleia Municipal associou-se aos Votos de Pesar e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento de *Marcelo Jorge Lago, Jorge Luís Pereira de Melo Teles de Vasconcelos Rook de Lima, Maximino José Silva Monteiro e António Delfim Bahamonde Alves*.

----- O Senhor Deputado Municipal **CARLOS PIRES** (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vamos ter muito em breve a Feira da Alheira, tive a oportunidade de ouvir na comunicação social, 90 expositores, um orçamento de 200 000 mil euros. Espero bem que não gastem todos os recursos na Feira da Alheira, que dê também para as nossas feirinhas das aldeias, principalmente para a segunda maior feira do concelho, a Feira do Vinho e Morango. Naturalmente entendo esse investimento, porque de facto o retorno penso que é considerável para a cidade. No que toca a São Pedro Velho, penso que já tem alguma importância no concelho e na Freguesia e de facto o retorno é considerável para a economia local, portanto espero que no mínimo a ajuda logística se mantenha.

Gostaria de saber, se a praia fluvial da Ponte Romana, Torre Dona Chama, São Pedro Velho, se já está finalizada e se já vamos poder usufruir desse espaço no próximo verão?

E por fim, um ponto que me deixa bastante preocupado, que não sei se já estão a par, nomeadamente as Freguesias junto à Torre de Dona Chama, refiro-me ao Centro de Saúde. A médica que exerce no Centro de Saúde diariamente, vai-se reformar no fim do ano, portanto poderemos ter ali um problema sério para cerca de 2 mil utentes que usam aquele Centro de Saúde. É um Centro de Saúde que é utilizado pelo concelho de Mirandela, de Macedo de Cavaleiros e de Vinhais, são 2 mil utentes e de facto se a ULS não se prever, se não houver uma médica substituta a tempo inteiro, vamos ter ali um problema grave.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu **BERNARDINO PEREIRA** (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria perguntar à Senhora Presidente, porque é que dá tanto dinheiro às Associações de Caça e outras Associações, que a maior parte delas, o dinheiro é gasto em algumas que eu tenho conhecimento, em eleições para pagar votos e não dá às Juntas de Freguesia? Queria que me respondesse.

Também era para denunciar aqui uma coisa, no Ninho de Empresas, vou lá várias vezes, se for um carro baixo, bate por baixo, aquilo está mesmo numa miséria, aquele alcatrão. Quer dizer, há tanto dinheiro, tanto dinheiro e não há uma ninharia para meter ali um bocado de tapete ou qualquer coisa.

E a nossa cidade, também tem buracos em todos os lados, mas principalmente, na Zona Industrial.

Não sei o que andam a fazer, se tivéssemos assim as aldeias, acho que as aldeias estão mais bem tratadas do que está a cidade, não sei porquê, poderá por ser mais pequena, mas também há mais dinheiro na cidade do que há nas aldeias.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2023, solicitei à Senhora Presidente o esclarecimento, de qual foi a resposta que deu ao Tribunal de Contas por causa do seu Adjunto Doutor. *Tiago Morais* o seu correligionário do Partido Socialista, ser também Gerente de uma pastelaria em Vila Flor, chamada “Casa das Tias”.

Na Comissão Permanente, que se realizou no dia 15 de janeiro de 2024, onde devia ter ficado esclarecido com a entrega da resposta que deu ao Tribunal de Contas, mas isso não aconteceu e porque o caso é ainda mais grave exijo que durante esta Assembleia me seja entregue uma cópia da resposta dada, pois o seu Adjunto que é Doutor em Direito e conhecedor das leis, mentiu descaradamente, não só à Senhora Presidente, mas também a todos os mirandenses que por si são representados.

É que o seu Adjunto, conforme os documentos que tenho em minha posse e que vou entregar à Mesa e a todos os Líderes das Bancadas, foi desde 14/04/2016 a 15/11/2023, Gerente da Pastelaria “Casa das Tias”, em Vila Flor e ele sabia perfeitamente como doutor das leis que é, que a partir do dia 9/1/2023, a data em que a Senhora Presidente o nomeou como seu Adjunto não podia continuar como Gerente desta pastelaria. Melhor dizendo, o seu Adjunto esteve ilegal na Câmara 10 meses, pois está no artigo 7º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, a mesma lei que está no Despacho em que o nomeou diz que, “os membros dos gabinetes exercem as suas funções em regime de exclusividade, com renúncia ao exercício de outras atividades ou funções de natureza profissional, públicas ou privadas, exercidas com carácter regular ou não, independentemente de serem ou não remuneradas.”

Mas o que eu quero é que a Senhora Presidente, esclareça nesta Assembleia, se pactuou com esta ilegalidade, que o Senhor Dr. *Tiago Morais*, lhe mentisse e como é que ainda mantém a confiança para o ter como seu Adjunto? Pois, também está no artigo 19.º do Decreto-Lei 11/2012 que:

“1 - Os membros dos gabinetes apresentam, no início de funções, uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, válida para o período em que as mesmas forem exercidas.

2 - O incumprimento do disposto no número anterior, a falta da veracidade da declaração, determina imediatamente a suspensão de funções.”

Senhora Presidente, uma vez que assumiu na Comissão Permanente, do dia 15/01/2024, que o seu Adjunto lhe mentiu, quando entregou uma falsa declaração, uma falsa declaração e a lei que diz que, “a falta de veracidade da declaração, determina imediatamente a suspensão de funções”, como é possível que mantenha este Senhor, como seu Adjunto? Assim sendo, a Senhora Presidente, está a compactuar com a mentira do Dr. *Tiago Morais* e consequentemente estão a assumir de ânimo-leve, que podem mentir sempre que assim entenderem aos mirandenses.

Relativamente a outra questão que coloquei também à Senhora Presidente na Assembleia de 29 de dezembro de 2023, sobre os 22 funcionários que foram suspensos, que tiveram que repetir o concurso, quem pagou os vencimentos? Quem fez os descontos para a Segurança Social? Quem é que pagava o seguro de acidente de trabalho, etc...

A Senhora Presidente respondeu que não sabia a que funcionários o Senhor Presidente de Junta se está a referir. Às vezes dá jeito ter *Alzheimer*, mas na Comissão Permanente, que se realizou no dia 15 de janeiro de 2024, ou seja, 17 dias depois já se lembrou. Quando questionada sobre esta matéria, a Senhora Presidente respondeu o seguinte, e passo a citar:

“Foi considerado de interesse público, mantendo assim todas as regalias aos funcionários, ao abrigo do artigo 162 do código do trabalho 1 e 3”. Isto foi com base num parecer interno, que os pareceres internos, valem o que valem.

Senhora Presidente, tendo a certeza daquilo que estava a fazer, então porque é que não tornou pública esta sua decisão? Eu ponho até mesmo em causa a legitimidade da mesma, mas tudo isto tem uma explicação de ser respondido na Comissão Permanente e não ter sido respondido na Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2023, sabem porquê? Porque na Comissão Permanente não é lavrada nenhuma Ata, nem está a ser gravado, ou seja é falar para dentro, mas Senhora Presidente, não está em tempo de omitir aos mirandenses, tem de falar a verdade.

Só para terminar, queria felicitar o Senhor Secretário pela decisão que tomou, relativamente ao ponto, só me veio dar razão, se não podíamos estar aqui até às 17 horas da tarde, e depois, esta Assembleia, ser inútil.

Aproveito também, para deixar aqui um repto à Mesa, nada tendo contra dois elementos que estão aqui na Assembleia, que são funcionários da Câmara, dois juristas, não sei até que ponto, é que a Lei permite, que estejam a dar Pareceres para a Câmara e que estejam aqui a ser votados.

Deixo esse desafio à Mesa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Oferece-me dizer, que na sequência das suas palavras, que eu não tomei decisão nenhuma. A Mesa deu curso a uma indicação que chegou até nós, relativamente à questão que levantou.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu, não posso deixar de me juntar à Nota de Pesar à família do Senhor Presidente *Marcelo Lago* e da parte da CDU, deixar essa Nota de Pesar à família.

Eu tinha uma intervenção delineada para este ponto que não deixa de ser oportuna, mas que também reflete aquilo que vai e que podemos falar que estamos numa situação e num tempo em que estamos em campanha eleitoral e não pode deixar de ser curioso nós estando em campanha eleitoral, porque vamos ter esse ato, no próximo dia 10 de março, sensivelmente daqui a 13 dias e ouvindo muitas das intervenções que foram aqui feitas pelos Membros desta Assembleia Municipal, não deixa de ser claro a importância de quem cria a riqueza neste país, são os trabalhadores e quando nós hoje, acompanhando aquilo que tem sido a campanha eleitoral pelos vários Partidos Políticos, chegamos a uma conclusão muito oportuna e muito objetiva.

O que está em cima da mesa hoje, nas próximas eleições, é uma coisa muito simples face àquilo que disse o Senhor Membro da Assembleia, *Virgílio Tavares* sobre o custo do aumento da água, quando a CDU votou contra e quando nós aqui denunciámos que o preço da água não ia aumentar 3,5%, ia aumentar 10%, eu tenho ali a fatura e posso comprovar, porque aumentou 3,5% em cada um dos pontos que estavam mencionados nesse ponto.

Mas aquilo que eu vinha aqui dizer era exatamente isso, ou seja, todos temos a consciência perfeitamente delineada e objetiva e que o custo de vida está caro. Aumentaram os bens essenciais, aumentaram as rendas, aumentaram inúmeras coisas que nós sabemos quais.

E o que é que falta aumentar? Os salários.

E não há nenhum Partido, a não ser o meu, a CDU, que diz claramente ao que vamos nestas próximas eleições, “o aumento geral dos salários”, no setor público e obviamente no setor privado, em que esse aumento, no mínimo não seja inferior a 150 euros, e a fixação do salário mínimo nacional em 1000 euros em 2024. É a proposta que nós fazemos para estas eleições e dizemos ao que vimos. Garantir a recuperação do poder de compra, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo e a sobrevivência de muitas, micro, pequenas e médias empresas.

E há os azeiros, ou as vozes do paladino, que dizem. “As empresas não aguentam” e “o que acontece às contas públicas?”, dizem os dirigentes dos Partidos daqueles que defendem as tais políticas de direita, dizem os CEO, que ganham mais num mês, do que um trabalhador ganha, se calhar em 10 anos, de grupos económicos e o exército de comentadores televisivos e analistas que têm ao seu serviço.

Mas será mesmo assim? Vamos ver Senhores Deputados desta Assembleia, se será mesmo assim. 14%, é o peso médio dos salários nos custos totais das empresas, o resto, 84%, que é a grande maioria, tem a ver com os custos da energia, dos transportes, telecomunicações, rendas, seguros, créditos bancários, custos das matérias-primas e outros serviços precisamente os setores em que operam muitas daquelas empresas que acumulam e acumulam lucros extraordinários e que não param de crescer.

Esta proposta, representaria um adicional de 15 mil milhões nas contas das empresas e do Estado. Entretanto, Senhores Deputados, em 2022, os lucros das empresas portuguesas depois de impostos e executando as seguradoras, foram superiores a 45 mil milhões de euros, três vezes mais do que aquele valor que nós propomos.

Em 2023, os lucros dos principais grupos económicos, continuam a crescer nos últimos anos e o PCP propôs repetidamente a redução e controlo de preços de bens e serviços essenciais, eletricidade, gás, telecomunicações, alimentos e a diminuição significativa, ou até mesmo, a eliminação de comissões e taxas bancárias, que só estas taxas bancárias que entram nos cofres dos Bancos a um ritmo, Senhores Deputados, de seis milhões de euros por dia.

O PS, o PSD, o CDS/PP e a Iniciativa Liberal, opuseram-se a estas soluções, que representariam significativamente desaforro nas contas de milhares micro, pequenas e médias empresas e permitiriam a valorização dos salários, consequentemente o aumento do poder de compra. O aumento geral dos salários, constituiria uma importante medida de justiça social, alargando a parte da riqueza criada pelos trabalhadores, que ficaria com os próprios trabalhadores. Se há dinheiro. 25 mil milhões de euros por dia foi quanto os principais grupos económicos, amealharam de lucros em 2022, ano em que a inflação atingiu os 8% e a generalidade da população portuguesa viu o seu poder de compra cair a pique e com ele elementares direitos e condições de vida.

Em 2023, a GALP, registou, 1002 milhões de euros.

Do que já se conhece dos restantes resultados alcançados pela Banca, em 2023, regista-se um significativo aumento dos lucros, alavancando sobretudo no crescimento das taxas de juro, decretadas pelo Banco Central Europeu e as mesmas que agravam dramaticamente a situação da habitação no País.

O *Santander*, Senhores Deputados, registou lucros de 894 milhões de euros, o maior de sempre desde que opera em Portugal.

O lucro, do Novo Banco atingiu 743 milhões de euros, 35% acima dos 560 milhões de euros do ano anterior.

O BPI, 419 milhões de euros, já em 2022, os lucros dos bancos em Portugal, tinham somado 2,970 mil milhões de euros, um acréscimo de 50%, face ao ano anterior.

A EDP, alcançou lucros em 2022 de 870 milhões de euros, valor que tinha sido ultrapassado em setembro de 2023, com 946 milhões.

Isto para terminar, Senhores Deputados, aquilo que nós dizemos, em termo dos aumentos só para os reformados, que fica em termos de Orçamentos de Estado, em 1600 milhões de euros, é exatamente os 1600 milhões de euros, que este Orçamento de Estado que foi aprovado, dá em benefícios fiscais, aos tais grupos económicos que ganham 25 milhões de euros por dia.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Um dos assuntos que me traz aqui, prende-se com a recolha dos monstros. Antigamente havia uma carrinha, embora pequena, que trazia 3 pessoas a fazer a recolha dos monstros. Os Presidentes de Junta, informavam os locais da recolha e rapidamente eram retirados esses ditos monstros. Agora enviamos o pedido para o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, eu sei que esses pedidos são logo encaminhados para os responsáveis por tal serviço, mas depois não sei o que se passa, demoram imenso tempo a dar resposta ao solicitado e qual é o meu espanto, quando fui contactado, informaram-me que iriam enviar um carro, mas que eu teria que ter nos locais gente para carregar os ditos monstros. Então eu pergunto, se me é permitido, à Senhora Presidente da Câmara se isto é prática corrente para todas as Freguesias? Perguntava também se a Câmara, já não tem mão-de-obra para fazer estes serviços? É que as delegações de competências, quando são transferidas para as Juntas devem vir acompanhadas com o respetivo pacote financeiro.

Outro assunto que trago aqui, a pedido de várias pessoas, prende-se com a entrada Sul de Mirandela. Como Vossa Excelência deve saber, no início deste acesso encontra-se um sinal, que limita a velocidade a 50 km/hora. Para além desta via não ter muito trânsito e não ser perigosa, a meu ver, não se justifica este sinal, pois basta um pequeno descuido e os carros atingem velocidades superiores. O problema é que os Agentes de Autoridade, escondem os radares logo mais abaixo e lá estão as pessoas a pagar as

coimas, dinheiro esse que acaba por sair da circulação do nosso concelho, e que faz tanta falta à nossa economia local e por vezes muita falta a quem tem que pagar essas multas. Por isso, Senhora Presidente se puder fazer com que esta situação se altere, os automobilistas, vão agradecer.

Outro assunto que me traz aqui e está relacionado com a famosa *Tirolesa*. Já conheço o Senhor *Brízido* há muito tempo, era uma pessoa alegre, bem-disposta e ultimamente, tenho reparado que anda sempre muito calado, muito triste. Não sei se tem a ver com o problema que ele traz sempre aqui a esta Assembleia, mas se é essa a causa da sua tristeza, eu quero dizer que estou disponível para ajudar a resolver este assunto.

Senhora Presidente, estou na disposição de me comprometer a retirar daquele local e levar para a minha União das Freguesias, a tal dita tirolesa, caso Vossa Excelência me permita e com isto resolvemos dois problemas de vez. O Senhor *Brízido* fica feliz, porque se vê livre deste problema que tanto o apoquentava e por outro lado, a Senhora Presidente deixa de ouvir esta reclamação em todas as Assembleias.

Comprometo-me também, logo que a tirolesa esteja instalada na minha União das Freguesias a convidar a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor *Brízido*, para cortar a fita da inauguração. Por isso fico à espera que a Senhora Presidente me dê autorização.

----- A Senhora Deputada Municipal *MATILDE MACHADO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começo por citar um grande escritor transmontano:

«Somos Cidadãos Sem Laços de Cidadania

É escusado.

Em nenhuma área do comportamento social conseguimos encontrar um denominador comum que nos torne a convivência harmoniosa. Procedemos em todos os planos da vida coletiva como figadais adversários. Guerreamo-nos na política, na literatura, no comércio e na indústria. Onde estão dois portugueses, estão dois concorrentes hostis à Presidência da República, à chefia dum partido, à gerência dum banco, ao comando de uma corporação de bombeiros.

Não somos capazes, de reconhecer no vizinho, o talento que nos falta, as virtudes de que carecemos. Diante de cada sucesso alheio ficamos transtornados. E vingamo-nos na sátira, na mordacidade, na maledicência. (...)

Gregariamente, somos um somatório de cidadãos, sem laços de cidadania”.

Assim dizia Miguel Torga in "Diário (1985) "

Volvidos 19 anos, gostaria de poder dizer ao escritor e poeta, que o seu pensamento expresso neste texto, já não se aplica aos tempos atuais, mas infelizmente ainda temos muito caminho para percorrer!

Os sistemas de ensino europeus, onde Portugal está inserido, sabem a importância que a cidadania tem, num mundo mais justo, mais crítico, mais democrático.

Atualmente, no currículo educativo a nível nacional, o Plano de Educação para a Cidadania é um instrumento de trabalho que encoraja os alunos a participarem no processo democrático, no acreditar num mundo de possibilidades que ajuda os alunos a tornarem-se cidadãos ativos, informados e responsáveis, dispostos e capazes de assumirem responsabilidade por si e pelas suas comunidades.

Enquanto processo educativo, a Educação para a Cidadania, visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

Devemos refletir e perguntar a cada um de nós:

- Qual é a verdadeira importância da educação na promoção da cidadania?
- Como podemos contribuir enquanto decisores políticos?
- Temos desafiado os cidadãos a serem mais ativos?
- Porque temos os jovens cada vez menos envolvidos na política ativa?

Precisamos, urgentemente, de criar medidas concretas para a implementação de uma cidadania ativa, como essência da revitalização da democracia representativa.

As propostas delineadas, não se podem limitar às sugestões, já fornecidas pelos modelos participativos e deliberativos de democracia. Precisamos, e temos que ir mais além destas, já que se pressupõe ser uma função institucional o estímulo ao fortalecimento do tecido social que fundamenta a vida coletiva.

Hoje, estamos aqui reunidos na casa da democracia e é crucial que tenhamos consciência sobre o futuro!

Nos últimos tempos, temos testemunhado um aumento preocupante de políticas populistas e enganosas, que ameaçam os fundamentos da nossa sociedade e minam os valores pelos quais lutamos no passado, e hoje, nos debatemos tão arduamente.

Devemos estar atentos e, cada vez mais, dar voz ao silêncio, para que medidas radicais, não se apoderem da mente de quem está desiludido, desacreditado no sistema político, na falta de valores da sociedade.

Devemos unir-nos como uma comunidade inclusiva e tolerante, que valoriza a diversidade e respeita os direitos de todos!

Devemos defender os princípios democráticos e o Estado de Direito, que são os pilares de uma sociedade justa e equitativa.

Devemos optar por políticas baseadas em evidências sólidas, num diálogo construtivo e num compromisso genuíno com o bem comum, e atuar sempre que possível, para promovê-lo, é dever de todo cidadão responsável e, a nós, cabe-nos um papel fulcral: – o exemplo!

Somente assim poderemos construir um futuro próspero e sustentável para as gerações futuras.



Sejamos o exemplo!

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *ILDA FERNANDES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Uma das coisas que eu trago aqui e já falei muitas vezes, é o problema da faturação da água. Eu em tempos falei lá no Município, porque na teoria é uma coisa e na prática é outra. Há cerca de um ano a água que não era contada, faziam uma média de 7,00 euros, 6,96 euros. Atualmente, ronda à volta de 13 euros, não é contada.

A última contagem foi, a 18/10/2023, foram contar agora. A próxima fatura, vai vir com os valores muito altos. Eu estou dentro deste assunto, porque eu estou nos correios, recebo as faturas, as pessoas queixam-se constantemente, tento explicar e elas não conseguem perceber que é na contagem dos dias, antes era só um mês, e agora é consoante os dias que eles vão contar. Ultimamente foi 47 dias e isto altera muito o valor.

Eu só trago aqui o exemplo de uma fatura, em que não é feita a contagem, em que foi 13,82 euros. E uma contagem de um metro, porque fui eu que dei a contagem, saí a 10,00 euros, eu tenho a preocupação de acompanhar as pessoas, dei-me ao trabalho de fazer um mapa, de fazer a contagem, eu vou contar os contadores às pessoas. Não se deve fazer isto, acho que devia haver mais pessoas a trabalhar, porque isto não dá, eu não tenho tempo também para fazer isto, mas as pessoas ganham tão pouco, as reformas são tão pequenas, que realmente não se consegue.

Isto são valores que na teoria é muito bonito, mas que ponham isto em prática, voltem a por só para um mês, são 30 dias, é 30 dias, não façam esta coisa da contagem, porque para o mês que vem, vai ser um descalabro, porque eles foram contar agora quando foram a última vez a 18/10/2023, e isto vai haver aqui uma alteração muito grande.

Outra coisa que eu queria falar, que eu pensei que o Senhor *Arménio Vaz* fala-se, mas eu vou falar, é a história que já se arrasta há muitos anos, do caminho que liga Abreiro ao Navvalho. Gostava muito de ver esse projeto, isto é um caminho que nós a darmos a volta são cerca de 13 km e se o fizermos será reduzido para 2 km e é uma coisa muito simples, encurta, há mais ligação, há mais convivência com aquelas pessoas, as pessoas lá estão isoladas, nós também estamos isolados e seria bom haver mais uma aproximação dessas pessoas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Executivo decretou e ratificou em Reunião de Câmara três dias de Luto Municipal, em memória e homenagem ao Senhor *Marcelo Jorge Lago*, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e obviamente que partilhamos as condolências à família e aos amigos, nesta dor e tristeza.

Em relação ao minuto de silêncio, ao Voto de Pesar, obviamente que todo o Executivo, nós também fizemos um minuto de silêncio na Reunião de Câmara, tivemos a infelicidade de viver dois falecimentos, o Dr. *Maximino Monteiro*, também antigo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e o Senhor *Marcelo Jorge Lago*, num curto espaço de tempo e portanto, em memória deles devemos também homenageá-los e a vida que dedicaram ao serviço público, devemos também homenageá-los aqui nesta casa, da qual fazemos todos parte.

Por isso, tratando-nos todos com respeito e com todas as situações, estando de lados diferentes, todos temos um objetivo comum, que é o concelho de Mirandela, todas as aldeias, a vila e também a cidade e o seu desenvolvimento. Partilhar este sentimento relativamente a um amigo, com visões diferentes, mas sempre com uma voz amiga e solidária.

Relativamente, às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco*, relativamente às considerações que ele faz da Política Nacional, de facto, nós, os Autarcas, somos de longe aqueles que mais próximos estão das pessoas e mais conhecem as necessidades das pessoas e, portanto, é uma função muito nobre aquela que nós exercemos. Falo naturalmente das Juntas e União das Freguesias, dos Executivos das Câmaras Municipais e também de todos os eleitos das Assembleias Municipais.

Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer que, na fatura da água o que aumentou foram as taxas de saneamento e a taxa de gestão de resíduos urbanos, porque também houve um aumento e vai aumentar, anualmente vamos ter um aumento relativamente às taxas de gestão de resíduos urbanos.

Nós fizemos alteração da estrutura tarifária, para nos aproximarmos das regras da ERSAR e isso faz com que, por um lado estejamos mais próximos de vir a ser sustentáveis, sob o ponto de vista da nossa gestão de água, saneamento e resíduos urbanos, para que a diferença entre aquilo que os municípios pagam e aquilo que a Câmara paga, quer à empresa Resíduos do Nordeste, quer às Águas do Norte, haja alguma sustentabilidade, o que faz com que nós não tenhamos que devolver fundos comunitários e possamos candidatar-nos ao novo Programa, de novas redes de saneamento e água. Isso quer dizer que, por exemplo: estas candidaturas que queremos fazer de novos ramais de água, ou melhorar os que estão bastante antigos e isso só podemos, se formos sustentáveis sob o ponto de vista financeiro. Isso obriga-nos a caminharmos para a sustentabilidade dos sistemas e por isso a alteração da estrutura tarifária foi muito estudada.

Em média todos aqueles, que gastam aquilo que gastavam, não aumenta relativamente a água, nas taxas houve efetivamente uma atualização por força da atualização dos próprios serviços, a Resíduos do Nordeste diz-nos que também houve aumentos do combustível, aumentos dos recursos humanos tudo isto tem repercussão direta na nossa atuação.

Relativamente aos parquímetros, foi uma decisão que foi tomada aqui em Assembleia Municipal, foi a Reunião de Câmara, foi a Assembleia Municipal e havia aqui um pedido, havendo aqui alguns eventos, não havia estacionamento. Havia alguns comerciantes que também reclamavam há muitos anos estes parquímetros. Os parquímetros não estão ativos ao sábado e ao domingo, e portanto, o fim-de-semana é onde temos mais eventos e foi uma decisão tomada também por força daquilo que são as necessidades dos próprios comerciantes e pela ausência de estacionamento, quando não há esta situação reguladora do estacionamento.

Em relação aos transportes, à rede urbana de transportes, nós como sabem, tínhamos designado em 2016, a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), para autoridade de transporte. Os concursos têm ficado desertos. Nós, estamos a avançar e é uma decisão para um estudo de viabilidade económica e financeira desta rede de transportes, e equacionamos

a aquisição de dois autocarros elétricos para o sistema urbano de transporte, para conseguirmos substituir os atuais, que estão evidentemente muito degradados. Logo que haja candidaturas, vamos tentar fazer a candidatura. Aguardamos que haja esta oportunidade, porque temos consciência que em relação ao sistema urbano de transporte, não estamos a dar resposta de qualidade que devíamos dar.

Relativamente, à questão dos transportes concelhios, temos evidentemente uma situação e agora hoje vai ser uma Assembleia dedicada a Abreiro. Realmente as pessoas de Abreiro, estão muito mal servidas de transportes e portanto, aquilo que nós e noutras situações, é um estudo que temos de fazer dos transportes dentro do concelho, que estava a ser feito e foi candidatado pela CIM-TTM sem sucesso, por enquanto.

As medidas de apoio ao custo de vida, nós temos feito bastante e temos perdido receitas importantes para a Câmara Municipal, quer em sede de IMI, quer em sede de IRS, gratuidade dos passes escolares, as AF's, as AEC's, o apoio à família em todos os graus, bolsas de estudantes. Ainda ontem, aprovamos em Reunião de Câmara mais nove bolsas, tínhamos 30, vamos ter 39 e têm aumentado as candidaturas. Toda a rede social e o aumento da verba que nós colocamos no Plano de Emergência Social e são muitas as respostas que a Câmara dá, obviamente que não nos compete a nós divulgar essas respostas, porque entram dentro do sigilo destes apoios. Um apoio social direto às famílias com mais dificuldades.

Prevemos também ter respostas à habitação, que são cada vez mais difíceis por força dos estudantes. A construção das duas residências, que vai permitir criar algumas habitações dedicadas às famílias, que neste momento estão afetadas a estudantes e por isso, aquilo que achamos é que se tem feito muito trabalho neste âmbito social, de apoios diretos e também muitos indiretos à comunidade.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Pires* dizer que, a praia fluvial da Ponte da Pedra, estará em funcionamento neste verão.

Em relação à energia elétrica estamos dependentes da E-Redes, estamos em crer que tudo se resolverá dentro daquilo que é o nosso propósito.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu dizer que, as Associações têm os apoios que são avaliados e analisados pelos Serviços da Câmara. São obviamente aprovados em Reunião de Câmara, uns estão em Orçamento Municipal. Dizer que as aldeias e as Freguesias não têm dinheiro, que damos mais às Associações! Não é de todo verdade. Existem apoios diretos às União das Freguesias e às Juntas de Freguesia, que constam do Orçamento deste ano e portanto, estes apoios estão a ser transferidos agora diretamente da DGAL e do FEF, mas são Orçamentos da Câmara Municipal, ou seja, são verbas que a Câmara Municipal transfere diretamente para as Juntas de Freguesia.

Em relação ao Ninho de Empresas, como sabem, o Ninho de Empresas é uma parceria entre o Centro de Emprego e a Câmara Municipal. É propriedade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), não é propriedade da Câmara Municipal e portanto, nós temos conhecimento, que existem deficiências naquele local, no entanto a gestão não é partilhada, ou seja, a propriedade não é da Câmara Municipal, é do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Existe a vontade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, alterar o modo de gestão dos *CACE's (Centro de Apoio à Criação de Empresas)*, mas até hoje, não existe ainda nada definitivo da tutela do próprio *CACE* e portanto, a propriedade sendo do IEFP deve ser naturalmente o IEFP a fazer essa qualificação, mas é uma questão que estamos a acompanhar.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, dizer que, esta situação foi de facto referida pelo Senhor Presidente e portanto, é uma situação da Câmara Municipal. Efetivamente o Dr. *Tiago* pediu a cessação das suas funções. Solicitou à Câmara e, por isso, aquilo que tenho a dizer e a resposta a estas questões, será naturalmente respondido pelo Gabinete de Apoio Jurídico porque, não concordo, por um lado que tenha a ver com esta situação e que catalogue as pessoas de mentirosos, ou disto ou daquilo, porque efetivamente, Senhor Presidente, algumas atitudes ficam com quem as toma, isto é quase persecutório, isto é quase andar à caça das situações.

Lamento profundamente que todas estas situações, façam da vida de um Presidente de Junta, uma dedicação plena e exclusiva, não havendo outras matérias na Junta de Freguesias, que sejam objeto da sua preocupação. Julgo que é muito meritória, esta preocupação com outras situações, que fazem parte da Gestão Autárquica, mas de qualquer forma, agradeço a preocupação e julgo que até o Senhor Presidente da Junta de Freguesia estará sempre com esta preocupação, legítima naturalmente, mas que são questões que dizem respeito à Câmara Municipal e teremos todo gosto de lhe enviar toda a documentação, até pode consultar, qualquer Membro da Assembleia, pode perguntar, pode e deve consultar os processos, pode e deve dirigir-se e solicitar. Há muitos Deputados Municipais e Presidentes de Junta, que fazem questões diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia e que nós respondemos. Por isso, vai evidentemente ter acesso a toda essa documentação, tal como a questão dos 22 funcionários, os 22 funcionários não foram suspensos e portanto, eu não tenho felizmente e não sei se a vou ter e acho que, o facto das pessoas tomarem isso como uma brincadeira, não se deve brincar com esse tipo de doenças mentais e com a demência dos mais velhos ou dos menos velhos e portanto, lamento profundamente a forma como se dirigiu sobre esta questão, mas como disse e volto a repetir, o ódio nunca fez bem a ninguém e continua a não fazer, infelizmente os ódios acabam por ter repercussão na vida das pessoas. E quando os políticos sentem estes ódios, transformam-se em obsessões.

Em relação aos funcionários da Câmara, eu recorro que qualquer funcionário da Câmara pode ser candidato às eleições e portanto, não vejo que haja qualquer incompatibilidade, funcionários da Câmara, como funcionários do Estado, sejam candidatos a qualquer Órgão Autárquico. Mal seria que, não fossem candidatos e que essa liberdade fosse colhida. A democracia é feita também da participação cívica de todos. E eu recorro que a participação de todos é todos os funcionários públicos, empresários, todos aqueles que têm como objetivo participar na vida cívica, possam ser e contribuir para a democracia, e portanto, esta representação é quanto a mim, mais que legítima.

Quanto ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* dizer que, não foi o preço da água que subiu, como disse há pouco e já foi referida há pouco, foi a taxa de saneamento e a taxa de resíduos, que foram atualizadas.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias *Arménio Vaz*, a recolha de monstros é evidentemente um problema que estamos a tentar gerir e ultrapassar com o recrutamento de novos trabalhadores. Tivemos alguns dos trabalhadores que estavam afetados a este serviço, foram transferidos juntamente com a limpeza urbana para a Junta de Freguesia de Mirandela e portanto, ficamos aqui com um problema, sob o ponto de vista da disponibilidade desse levantamento dos monstros.

A Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, tiveram a amabilidade de tentar encontrar outras soluções para que os monstros não ficassem depositados nas Juntas de Freguesias e pelo que me disseram, houve a disponibilidade dos Senhores Presidentes de apoiar este serviço e portanto, agradecer também esses apoios que conseguiram dar a este transporte.

Em relação à Delegação de Competências, evidentemente que este é um assunto que não está delegado nas Juntas de Freguesias. Sei que, houve essa disponibilidade para apoiar este serviço e os serviços da Câmara Municipal.

Quanto ao limite da velocidade, nós já respondemos a um município, até perguntamos à Polícia de Segurança Pública esta situação. Vamos através do Senhor Presidente da Assembleia, encaminhar esta resposta para o Senhor Presidente, porque a PSP, alega algumas razões e alguns motivos, para não haver alteração do limite de velocidade. Portanto nós, temos que obviamente pedir o parecer da Polícia de Segurança Pública e só com base nesse parecer é que nós poderemos alterar a sinalética por questões de segurança, eles alegam e são uma série de motivos e razões que não podemos alterar o limite de velocidade naquela entrada, mas encaminharemos a resposta. O Município veio solicitar à Câmara, que vive nos Passos e que trabalha em Mirandela e portanto, veio solicitar à Câmara essa disponibilidade, para fazer a retirada do limite de velocidade, mas a PSP não concorda e por isso enviaremos para conhecimento do Senhor Presidente.

Quanto à Senhora Deputada *Matilde Machado*, concordo em absoluto com aquilo que faz referência da educação para a cidadania e da democracia representativa portanto, acho que temos que ser todos o exemplo. Tentamos todos os dias ser o exemplo e ser a referência, como tínhamos grandes referências na política.

Relativamente à Senhora Presidente *Ilda Fernandes* dizer que, falamos novamente da água em Abreiro, a faturação da água é outra questão que estamos atentos, porque evidentemente as leituras de água, quantas mais pessoas conseguirem transmitir as leituras, mais válido é aquilo que nós não precisamos de ir ler. Tivemos infelizmente dois leitores, um teve um acidente de trabalho e outro de férias e portanto tivemos mais dificuldade a fazer leituras de água em todas as aldeias.

Estamos neste momento a fazer uma reforma deste serviço, para ver se conseguimos, por um lado ter mais respostas e por outro lado as faturas a serem mensais e não faturas que vão além de um mês de faturação, o que também aumenta o valor da própria fatura. Se os fregueses, se os vossos fregueses, os nossos municípios, conseguirem dar as leituras, era por um lado este tipo de participação, vamos criar um projeto piloto, para que as Juntas de Freguesia possam vir a ter mais atuação a este nível e prestar este serviço aos próprios fregueses e por outro lado, ter também a questão deste projeto piloto ser também agregador e poder ser uma das áreas em que há mais atuação por parte das Juntas e União das Freguesias, porque nós não temos contadores inteligentes, ou seja, automáticos. A ideia de ter contadores automáticos e que fizessem a leitura automática seria o ideal, mas evidentemente ainda estamos muito dependentes dos recursos humanos que façam as leituras. Havendo um problema com os recursos humanos, já temos um problema na faturação e até aprovar uma medida que faça com que quem dê a leitura possa ter um desconto na própria fatura e isso tem que ser aprovado na Assembleia Municipal e em Reunião de Câmara. Mas era uma das questões que poderia incentivar, por mais pequena que fosse, as pessoas a ter esse controlo também nas leituras da sua água.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, concretamente vou dirigir-me ao Senhor Presidente da Assembleia, porque acho que no mandato anterior também eramos estimulados a fazer isso e a questão que aqui colocava depois da qualidade da intervenção do Senhor Presidente de Junta de Frechas, em ter trazido a esta Assembleia assuntos que estão pendentes nesta Assembleia, para obtermos explicações por parte da Senhora Presidente da Câmara oficialmente, até porque já houve uma Comissão Permanente extraordinária para o efeito. Comissão Permanente, que resultou de uma Assembleia de dezembro, que se dividiu em duas partes. Continuo a dizer que os assuntos em discussão são da maior importância.

Perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia e nomeadamente aos Senhores Secretários, Primeira Secretária e Segundo Secretário, se cada vez que há um assunto tão importante que mexa verdadeiramente com a qualidade das políticas públicas da Senhora Presidente da Câmara, onde porventura estarão ou não indevidamente pagos ordenados, dinheiros públicos, que andamos de parecer jurídico em parecer jurídico, emitidos internamente. Pareceres jurídicos que depois são emitidos por funcionários, que têm assento nesta Assembleia e é nesta posição que a Bancada do PS que se colocou. Um conluio na Assembleia Municipal que sabemos quem são os eleitos, mas que depois são funcionários, fazem parte do Gabinete Jurídico, vêm aqui dar pareceres aos seus quatro Presidentes de Junta, que tinham água das suas Juntas de Freguesia a dizer-lhes que, têm que perder a propriedade, o título da sua água, quando na sua Freguesias depois não conseguiam manter a qualidade da água, nomeadamente, como por exemplo, na Junta de Freguesia de Alvites.

Este emaranhado de coisas, se por ventura hoje estou diminuído nas minhas capacidades, é porque estou em campanha eleitoral, não sou capaz de vir aqui prometer tudo a todos, de um Governo incompetente e de um candidato a Primeiro-Ministro, que se demitiu por incompetência também, parece que é difícil dizer isto na televisão.

Cada vez que há assuntos tão importantes, como já acabei de referir, enunciados pelo Senhor Presidente de Junta de Frechas, se somos apelidados de ódio, que as nossas intervenções têm ódio!? Uma Assembleia Municipal que começou tao bem hoje.

O Senhor Presidente assistiu também como nós, a Senhora Presidente da Câmara a dizer que o Senhor Presidente de Junta, está aqui com assuntos da Assembleia Municipal, mas que mistura com ódio, eu pergunto, se cada Membro da Assembleia Municipal, no meu caso agora, porventura incidirmos as nossas intervenções com assuntos tão importantes que foram feitos, se vamos permitir que nesta Assembleia, nos tratem e que digam lá para fora através da *internet*, que as nossas intervenções têm ódio! Senhor Presidente, fico perplexo, também já disse porque fico perplexo, tal é este emaranhado de perguntas que aqui há.

A questão era, se porventura as faturas da água, não entre este hiper-faturamento, não é um autofinanciamento do sistema que dá muito jeito à Câmara Municipal de Mirandela e muito mau jeito aos Municípios?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto às questões que levantou a Senhora Presidente de Câmara Municipal, no exercício da sua competência e autoridade, entendeu dizer o que disse em réplica áquilo que tinha sido colocado hoje da parte da manhã, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*.

A Mesa, atuou, em devido tempo, relativamente à questão da possibilidade da eventual ilegalidade da presença do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, nas sessões, a Mesa, comprometeu-se o mais breve quanto possível fazer o esclarecimento, tendo chegado à Mesa a indicação, ainda que provisória, porque vai ser feita, nova consulta a outros Juristas, para se chegar a um entendimento, no limite até se endereça a questão à CCDDR-N, para um apuramento definitivo e cabal dessa situação.

De qualquer forma, a Mesa agiu em devido tempo e penso que bem, tendo em conta a indicação que recebeu do Departamento Jurídico da Câmara Municipal e tentou acautelar aquilo que seria uma eventual participação nas votações do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, poderia por em causa todas as deliberações tomadas ao longo desta Sessão se se viesse a revelar de facto, que ele não podia participar nas votações. Portanto, agiu-se em conformidade, de facto foram levantadas posteriormente outras questões, relativamente a outras pessoas, uma delas é exterior à Assembleia Municipal, portanto a Mesa não tem que se pronunciar sobre ela, será a Senhora Presidente a dar-lhe o tratamento que entender indicado.

Quanto às outras pessoas, que fazem parte da Assembleia Municipal e que também foram mencionadas nessa intervenção, também caberá aos próprios, aos Serviços Jurídicos fazer a avaliação das circunstâncias em que se encontram, sem prejuízo da Mesa também levar a quem de direito um pedido de esclarecimento sobre a lisura, legalidade da sua participação na Assembleia Municipal, de resto a resposta da Senhora Presidente remeteu para uma participação democrática que a lei confere a todos em geral. Agora de facto, pode haver especificações e questões em particular, a Mesa não deixará também de as enquadrar e solicitar os esclarecimentos necessários.

Relembrar que, mesmo antes de termos chegado a um desfecho relativamente ao Deputado *Agostinho Beça*, foi ele próprio que tomou a decisão pessoal e individual de abandonar a Assembleia Municipal, uma vez que estava colocado naquelas circunstâncias.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto* dizer-lhe o seguinte, relativamente às duas questões colocadas à Mesa, uma vez que efetivamente eu tinha perguntado, relativamente a questões de intervenções, na realidade o Senhor não tinha feito qualquer intervenção política, devia ter esclarecido, que queria interpelar a Mesa e não queria, ainda aquilo que foi o meu entendimento é que o Senhor ainda queria esclarecer mais alguma situação sobre a intervenção virtuosa que fez, mas não foi o caso.

Relativamente à situação, de que a Mesa permite ou deixa de permitir a mistura de assuntos importantes com eventual sentimento de ódio que o Senhor diz sentir, também não podemos tecer qualquer consideração sobre aquilo que são as suas emoções, quando ouve e pensa que se está aqui a misturar ódio ou coisas parecidas. As intervenções são de cada um, cada um é que as redige e as suas dúvidas são tratadas de forma individual. É por isso que as pessoas se dirigem ao púlpito e vão fazer a sua intervenção sobre os temas que entendem.

Em relação a eventuais dúvidas sobre hiper-faturação, esta intervenção não é sua, a Mesa também não tem funções executivas. O Executivo que entenda esclarecer, ou quem falou sobre este tema, que entenda pô-lo a melhor esclarecimento, por parte da Senhora Presidente. Também estou certa, que ela não se importará de dar, num tema destes, mais explicações, sobre esta matéria.

Relativamente ao pedido de esclarecimento, do Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, quer defender a sua honra com base em quê?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quando há pouco o meu colega Presidente de Junta *José Carlos Teixeira* fez a intervenção, suscitando a dúvida se Membros do Gabinete Jurídico, que eu não sou, que é a minha colega *Débora Pereira*, mas um técnico superior jurista ao serviço da Câmara, no Serviço Municipal de Proteção Civil, se poderiam estar aqui sentados a assistir e a votar pontos em que tivessem tido intervenção.

Teve a hombridade de me contactar lá fora dizendo que iria abordar esta questão, para eu não ficar melindrado, como não fiquei, porque dúvidas quem quer as tem portanto, não é jurista e juristas também têm dúvidas, por isso é completamente legítimo fazer a intervenção que fez e a questão que colocou.

O Deputado *Paulo Pinto*, eu tenho muita pena de não merecer a confiança dele e de ser posta assim em causa a minha hombridade, a minha ética, a minha transparência, desculpe Deputado *Paulo Pinto* foi isso, foi exatamente isso e nada mais que isso que fez.

Em termos de procedimento administrativo, os municípios neste caso de Mirandela têm garantias. Existem incompatibilidades, o facto de eu estar aqui, não é nenhuma incompatibilidade, existe a suspeição que qualquer um podia levantar relativamente à minha intervenção, existe a figura da escusa, que eu não peço, mas se se levantasse essa situação compete-me a mim como cidadão e como funcionário, mas aqui como representante da Freguesia de Alvites, não estou aqui na qualidade de jurista, de pedir à Mesa e solicitar que eu na votação desse concreto ponto, não tenha intervenção portanto, Senhor Deputado *Paulo Pinto* peço desculpa por não merecer a sua confiança.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, vou começar pelo fim, na resposta que a Senhora Presidente me deu e longe de imaginar que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* iria falar nesta matéria.

Senhora Presidente, ódio!

Eu questionava aqui os Senhores Deputados e o Senhor Presidente da Mesa e restantes presentes, se alguma vez eu falei em ódio.

Quem fala em ódio já pela segunda vez consecutiva é a Senhora Presidente, falou na Assembleia de dezembro e falou agora. O que me lava a concluir que quem tem ódio sobre o Presidente da Junta de Frechas é a Senhora Presidente. Eu não vejo outra explicação.

A Senhora Presidente diz que eu ando à caça, à falta da verdade?

Eu, não ando à caça de nada, Senhora Presidente.

Diz que eu me devia preocupar com a Freguesia, também me preocupo, se bem se recorda na Assembleia de setembro e dezembro, trouxe aqui um assunto que é pertinente, que a Câmara e vou repetir, deve e não é subsídio extraordinário, deve à Junta de Freguesia, 2000 euros e a Senhora Presidente respondeu que isso não era um assunto importante. Se trago outros assuntos, diz que ando à caça. Mas quem é que entende a Senhora Presidente, afinal?

Senhora Presidente, isto não tem o outro lado, só tem um lado, foi o lado da ilegalidade, o Dr. *Tiago* esteve 10 meses ilegal na Câmara, não tem outro lado possível, é o lado da ilegalidade que a Senhora Presidente assumiu isso na última Comissão Permanente extraordinária.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero dizer à Senhora Presidente que eu penso que o Ninho de Empresas, que é da responsabilidade da Câmara, porque as pessoas que têm lá os armazéns é com a Câmara que fazem o contrato. Então a Câmara é que faz o contrato e depois não tem responsabilidade nas obras? No resto nem vou dizer nada porque é sempre a mesma resposta, é melhor estar calado.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero fazer aqui uma interpelação à Mesa, em relação ao desenrolar desta Assembleia, porque isto é quase recorrente, não é quase, é recorrente. Tem vindo a ser recorrente e por muito que toda a gente tenha muito boa vontade, apele ao bom senso, apele à lógica, apele à honestidade intelectual, não adianta. Nós conseguimos sempre começar muito bem e, de repente, tudo descamba de uma maneira terrível.

Nós não podemos aceitar, que uma iniciativa da Mesa da Assembleia para um esclarecimento de algumas situações que vinham a ser levantadas aqui, por parte dos vários Grupos Municipais e que a Mesa tem a iniciativa de promover uma Comissão Permanente Extraordinária para discutir esses mesmos problemas, onde foi uma reunião, que a não ser que eu tenha *Alzheimer*, como alguém já falou aqui em *Alzheimer* hoje, que eu não gosto sequer de gozar com isso, mas a não ser que eu esteja com algum problema de memória, foi uma Comissão Permanente em que toda a gente perguntou o que quis, onde toda a gente respondeu o que quis e onde saímos todos perfeitamente esclarecidos e de uma maneira completamente leve e que correu muitíssimo bem.

De repente, por uma questão de aproveitamento político, ainda por cima de questões suscitadas por terceiros, que venhamos aqui, fazer já uma manobra, que de repente tudo o que fizemos, tudo o que concordamos, tudo que estivemos a dizer, nada disso aconteceu, nada disso existiu, nada disso é válido, ou seja, continuamos a fazer uma coisa e a dizer uma coisa quando não estamos a ser gravados, mas depois por uma questão de afirmação, de aproveitamento político, ou de outra coisa qualquer, chegamos aqui e fazemos radicalmente o oposto, por uma questão que foi despoletada por terceiros, que nem sequer estavam presentes nessa Reunião.

Eu, isso lamento imenso, tinha de vir aqui dizer, não permito que isso aconteça, porque o que fazemos entre quatro paredes, numa reunião convocada, numa reunião legitimada, tem de ser o mesmo e temos de ser honestos e vir aqui com a mesma frontalidade.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, efetivamente tenho que me rever nas suas palavras, porque têm sido diversas as situações em que através das reuniões, eu nem gosto muito desse termo, entre as quatro paredes, eu quero é dizer que nas reuniões da Comissão Permanente do Senhor Presidente temos falado por diversas vezes sobre as regras de funcionamento da Assembleia e depois o Senhor Deputado *Paulo Pinto* efetivamente acaba por concordar com elas e acaba por quebrá-las quando lhe dá algum interesse nisso e eu acho sinceramente, que o Senhor devia rever a sua posição e a sua postura nesse comportamento, que às vezes tem de forma algo recorrente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu na intervenção e na explicação que a Senhora Presidente da Câmara deu, acerca da questão do preço da água e corrija-me Senhora Presidente se eu ouvi mal, mas a Senhora Presidente disse que não houve aumento da água, ou que não houve aumento de taxas. Eu vou só lembrar à Senhora Presidente, vou avivar-lhe a memória, porque provavelmente deve ter alguma questão que não deve ter percebido muito bem.

Na última Assembleia Municipal, onde esta Assembleia Municipal votou o aumento das taxas da água, foi no dia 16/11/2023, Senhora Presidente, o documento que foi trazido à Assembleia Municipal e obviamente, que não posso deixar de dizer, que houve os votos a favor de toda a vereação a favor do aumento da água e vou passar a citar: "Considerando que a atualização tarifária prevista para o ano de 2024 do sistema multimunicipal de abastecimento de água, saneamento do norte de Portugal, foi fixada pelas Águas do Norte em 3,3%.

Considerando que a consonância com a decisão das Águas do Norte e tendo em linha de conta, que a previsão do Banco de Portugal para a inflação para 2024, se situa em 3,6%, foi submetida à ERSAR (Empresa Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos), a proposta de atualização da tarifa para 2024 em 3,3%.

Com base no enunciado, pretende o Município de Mirandela atualizar em 3,3% o tarifário do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos.”

Senhora Presidente, aquilo que disse há pouco, não corresponde à verdade. A taxa, aumentou 3,3%, proposta pela Câmara Municipal, pelo seu Executivo, com os votos a favor, dos Deputados eleitos pelo PSD, Vereadores. A CDU, votou contra nesta Assembleia. O resto, fique na consciência dos Membros desta Assembleia, como é que votaram.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me, transmitir o seguinte, a Assembleia Municipal de Mirandela.

Conforme expresso no art.54.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, relativo à Comissão Permanente, diz logo claramente no ponto um, o seguinte:

“A Comissão Permanente é uma instância consultiva do Presidente da Assembleia Municipal, que a ela preside e é constituída pelos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal e por um Membro de cada Grupo Municipal.”

Gostava de saber, sendo este órgão, um órgão de consulta e de aconselhamento ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em que momento da ação política é que qualquer Membro, qualquer conselho que eu dê ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, merece ser exposto para o exterior?

Os conselhos, ficam da reserva da composição e do espírito do órgão, não é para ser exposto desta forma qualquer conselho que diremos, ou qualquer pedido consultivo para determinadas matérias, até para o funcionamento e regras de funcionamento e agilização da Assembleia Municipal tem naturalmente, a reserva que todos os Membros dessa Comissão pertencem e merecem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou iniciar as respostas pelo Deputado *Paulo Pinto* neste estímulo que fez relativamente à reunião e à Comissão Permanente, dizer o seguinte: Na Reunião de Câmara de 08 de fevereiro, da qual ainda não existe uma Ata, eu levei para conhecimento do Executivo todos os assuntos que foram debatidos na primeira Reunião Extraordinária, da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela de 15 de janeiro, fiz uma breve súmula, como estão recordados, de todos os assuntos que o Senhor Presidente da Assembleia questionou na última Assembleia e partilhei com o Executivo Municipal as respostas que foram dadas e que vão constar da Ata dessa Reunião de Câmara de 08 de fevereiro e, por isso, julgo que de uma forma transparente de todos os processos que foram questionados a este Executivo, a resposta foi dada na Reunião de Câmara de 08 de fevereiro, ou seja, um breve resumo daquilo que eram todos os processos que havia e que foram questionados a este Executivo. Por isso, quando a Ata for publicada, evidentemente que vão ver um resumo daquilo que foi dito na Comissão Permanente, porque de facto o Órgão Executivo, que é o Órgão Executivo que eu presido, tem que ter conhecimento destas situações e por isso, transparência foi o que existiu em todo este processo.

Depois de eu ter estado na Comissão Permanente com todos os representantes, Líderes Municipais, com o Gabinete Jurídico, houve a preparação de um documento que foi levado a Reunião de Câmara para conhecimento, ou seja, em relação a isso Senhor Deputado pode contar sempre com a transparência de todos os processos, porque essa mesma explicação está na Ata de Reunião de Câmara de 08 de fevereiro.

Relativamente ao “emaranhado de coisas”, perdoem-me, mas infelizmente nós temos sempre dois pesos e duas medidas, ou seja, não há nada na lei que impeça um trabalhador de concorrer a concursos, nem há nada na lei que impeça um militante, até do PSD, de ser professor, ou de ser candidato à Câmara, ou de ser candidato a uma escola e isso perdoem-me, mas estão a tentar politizar, ou partidizar, melhor dizendo, a situação da liberdade individual de cada um de nós. Por essa ordem de ideias não havia nenhum trabalhador que pudesse ser candidato a autarca local, nem à Assembleia, nem às Juntas de Freguesia, portanto, julgo que esta partidização, que o PSD sempre fez na Câmara Municipal, não só na Câmara Municipal, em todas as Instituições, toda a vida fez esta partidização, estão a tentar ter este reflexo agora na Oposição e a tentar fazer esse aproveitamento político, que é demasiado gravoso e é isso que mina a democracia.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Alvites *Eurico Carrapatoso*, estou inteiramente de acordo com aquilo que disse e portanto, dizer que da nossa parte terão obviamente toda a confiança e legitimidade, como é óbvio e não pode ser de outra maneira, até me parece demasiado abusivo de alguém estar a por em causa a responsabilidade, o carácter, a transparência dos processos e também a competência para exercerem as suas funções.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta *José Carlos Teixeira*, não houve qualquer questão, a única coisa de que falou, foi da questão da dívida que a Câmara Municipal tem com a Junta de Freguesia, esse é um assunto importante, como os outros também são assuntos importantes e portanto, em relação às ilegalidades, obviamente que eu responderei por elas e sou responsável pelas supostas ilegalidades que o Senhor Presidente da Junta refere, das supostas, porque são supostas, porque quando o Tribunal de Contas faz uma pergunta, nós respondemos. Lamento a forma, o conteúdo e acima de tudo, o carácter com que estas afirmações são ditas, mas ficarão sempre com quem as diz.

Quanto às questões da legalidade, serão obviamente enviadas para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fará chegar aos Senhores Deputados e Presidentes de Juntas.

Em relação ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, dizer que o Ninho de Empresas, de facto é uma gestão partilhada, a propriedade ainda é do IEPF. Saiu um novo Diploma Legal no final do ano passado, que pode haver descentralização destas competências também nas Câmaras Municipais e portanto, neste momento temos a equipa multidisciplinar a verificar esta situação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, concordo inteiramente com tudo aquilo que foi dito, obviamente e partilho a mesma opinião.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, houve efetivamente a atualização da tarifa, eu falava na alteração dos tarifários, que nós fizemos durante o ano de 2023, mas houve uma atualização das tarifas, como não pode deixar de acontecer, porque efetivamente os serviços têm que ser sustentáveis e portanto, houve de facto essa atualização.

Não sei como é que o Senhor Deputado, consegue fazer o milagre de não faturar, ou não cobrar os serviços e a água que paga a outras entidades. A Resíduos do Nordeste tem que pagar a outras entidades e portanto, como é que consegue fazer o milagre de não ter receita, ou seja, na opinião do Senhor Deputado da CDU não é preciso cobrar, é tudo gratuito, mas depois há despesas que têm que se pagar, aos funcionários, aos trabalhadores portanto, temos sempre que fazer a gestão e a gestão autárquica também passa por uma atualização dos preços e por isso Senhor Deputado, não sei qual é a fórmula mágica que o Senhor Deputado e a CDU têm para não fazer a cobrança devida da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Não conheço soluções mágicas, se o Senhor Deputado conhecer e que nós possamos adotar uma fórmula que isente os municípios do pagamento da água, será obviamente acolhida por todos. Julgo que não existe essa fórmula, nem no mundo real da CDU.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já tínhamos dado por encerrado interpelações e pedidos de esclarecimentos. Acordamos que, não podemos eternizar o *ping-pong*. Da mesma forma que qualquer intervenção, pode suscitar uma reação no seu destinatário, também quem a faz tem que estar preparado e disponível, para receber também de volta a mesma pertinência naquilo que é dito.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estive numa Assembleia de dezembro, que foi dividida em duas, onde foram feitas perguntas à Senhora Presidente Câmara, sobre determinados assuntos. Fiquei a saber aqui na Assembleia que esses assuntos foram primeiro respondidos aos Senhores Vereadores e nós aqui na Assembleia, não sabemos de nada. Já não somos precisos? Aliás, este assunto veio à Assembleia, porque foi o Senhor Presidente de Junta de Frechas, porque se não eu não ia falar neles, porque, eu estou à espera que a Mesa dê uma resposta à Assembleia e que fique lavrado em Ata aquilo que dizem e pensam, ou que concluíram.

Outra coisa, a informação da Comissão Permanente não fica entre quatro paredes, porque eu tenho que dar explicações ao meu Presidente da Comissão Política, desde quando é que fica entre quatro paredes? Nem o Conselho de Estado, sob pena de alguns comentadores políticos que são Membros do Conselho de Estado, dizerem uma coisa na televisão, e lá dentro dizerem outra.

O Senhor Presidente de Junta, que está aqui comigo na Assembleia Municipal, não me pode interrogar, que explicações foram dadas na Comissão Permanente? Eu até posso concordar com aquela informação, mas chegar cá fora, do estudo que levo e faço, quer como Presidente da Comissão Política, quer com outros, perceber que afinal aquilo estava tudo errado. Não façam isso, de maneira nenhuma, até porque eu na Comissão Permanente, já fui atacado politicamente, vocês estão em maioria. Não é só explicações ou apoio ao Senhor Presidente da Assembleia.

Portanto, para não nos desviarmos dos assuntos, aquela informação toda, que a Senhora Presidente da Câmara conjuntamente com os seus Assessores e do Apoio Jurídico, foi levada a Reunião de Vereadores e não foi trazida aqui à Assembleia Municipal? Agradecia uma resposta por parte da Mesa, porque era um assunto que eu não queria falar, porque continuo à espera de obter essas respostas aqui na Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A sua intervenção, fez-me lembrar *Albert Camus*, quando diz que, “ O homem é a única criatura que se recusa a ser aquilo que ela é.”

Devo dizer-lhe o seguinte, em momento algum, alguém aqui desta Mesa, disse que o que se passava na Comissão Permanente ficava dentro de quatro paredes, nunca foi dito isso, interpretou mal aquilo que eu disse. Até porque, o Senhor Deputado, sabe tão bem, porque tem assento na Comissão Permanente, que a Comissão Permanente, toma deliberações e recomendações públicas. O que estamos a falar é de determinadas palavras que são ditas por cada Membro, em termos de um conselho que se dá e é essa a parte da reserva do conselho que se dá e do órgão consultivo, quando se aconselha o Presidente a tomar uma posição ou outra. Como sabe, o Regimento e a Lei confere poderes ao Senhor Presidente de iniciativa sobre todas as matérias, bem como à Mesa. Não confunda, aquilo que é um conselho que se dá e depois fazer uso desse conselho, com aquilo que são decisões sobre a forma de recomendação ou de deliberação e essas são sempre transmitidas aqui nesta Assembleia Municipal.

Agora, vir para aqui, fazer-se de vítima, que afinal está em minoridade na Comissão Permanente, porque nós somos muitos. A Comissão Permanente é, conforme está determinado no Regimento, composta pela Mesa e por um representante de cada Partido. A Mesa, não tem o acompanhamento explícito, nem indefetível de todos os restantes Líderes desta Bancada Municipal, cada um está representado segundo a sua proporcionalidade e aliás, não é justo com a Mesa, porque maior parte das questões têm sido sempre democraticamente debatidas, expostas e aprovadas aquilo que se tem a aprovar, nunca ninguém fez uso de momentos de força na Comissão Permanente, sobre o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, isso é uma injustiça que está a conferir à Mesa e aos outros representantes na Comissão Permanente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sei, que não podemos entrar aqui neste *ping-pong*, em que diz a Senhora Presidente, e obviamente que obtive resposta.

Eu só venho questionar a questão da varinha mágica que a CDU possa ter. Como é que não aumentamos a água?

Senhora Presidente, para não me alongar muito, obviamente não há varinhas mágicas. Quem costuma ter varinhas mágicas são exatamente aqueles que fazem exatamente o contrário.



Eu só lhe vim dizer que, a Senhora Presidente disse, que não tinha feito o aumento da água e eu vim explicar-lhe que não, a CDU votou contra em 3,3%.

Em relação a varinhas mágicas, Senhora Presidente, obviamente que eu ia perder aqui muito tempo a explicar-lhe, mas vou dar-lhe só um pequeno exemplo que existe no nosso País. Existe numa Autarquia de gerência da CDU, que é a Câmara Municipal de Setúbal, que, quando assumiu essa Presidência conseguiu, não foi por obras de magia, mas foi simplesmente retirar aquilo que tem que ser do domínio público, daquilo que possa ser do domínio privado. E só com essa pequena força e com essa opção política, reduziu-se o custo da água no concelho de Setúbal em 30%, Senhora Presidente. Não lhe digo mais nada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à água, eu interpretei que estávamos a falar da questão da alteração do esquema tarifário e por isso falei que não houve mexidas diretas no preço da água. Houve sim, a atualização para este ano.

Relativamente ao exemplo da outra Câmara, se me diz que houve um decréscimo de 30%, eu não sei qual era o valor de base, ou seja, não sei exatamente qual era o valor de base, podemos fazer o cálculo entre aquilo que é Setúbal e Mirandela, apesar dos utilizadores/pagadores em Setúbal serem muitos mais e portanto, os custos de abastecimento poderem estar repartidos por mais habitantes. De qualquer forma Senhor Deputado, temos tido sempre o cuidado e a cautela de sermos um Município com as contas certas, caminharmos para a sustentabilidade dos sistemas, mantemos sempre a água e o saneamento na esfera pública, como sabe.

Em relação aos resíduos, a verdade é que é uma empresa intermunicipal e portanto, tem uma gestão dos vários Municípios, que obviamente já está assim há décadas e por isso dizer que, quer a água, quer o saneamento, quer os resíduos sólidos urbanos, são tuteladas pelo Estado, porque assim o decidimos.

A Câmara de Mirandela assumiu sempre em todas as reuniões da Comunidade Intermunicipal e da Resíduos do Nordeste, que nunca passaríamos para outra solução que não fosse aprovada democraticamente nas Assembleias Municipais e portanto, nunca houve um compromisso da passagem para verticalização, os sistemas verticais, em que fosse para a Resíduos do Nordeste também fazerem a gestão da água ou então, para a empresa Águas do Norte que pertence às Águas de Portugal. Nunca houve essa decisão da parte deste Executivo e por isso Senhor Deputado, lamento profundamente que esteja sempre a ver esta situação com a referência que a água está na esfera ainda pública e vai ficar se esta Assembleia e se os municípios acharem que deve estar.

De qualquer forma dizer que, as dificuldades na gestão da água são imensas, como vocês sabem e todos os dias há problemas na gestão da água. Nós já temos calculado o investimento que tem que ser feito para termos sistemas novos de abastecimento de água, os próprios contadores têm que ser contadores autónomos, que têm que começar a ser colocados, mas também acompanhando a questão da rede nas próprias aldeias. A rede do *Wi-Fi*, porque depois, as leituras são automáticas, como já a E-Redes já tem muitos dos contadores nas casas e por isso, neste momento é a esfera pública e vai manter-se.

Respondendo ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, efetivamente foi decisão deste Executivo levar a conhecimento da Reunião de Câmara, que é uma prerrogativa do Executivo, levar a conhecimento da Reunião de Câmara, todas as questões que foram colocadas. Obviamente que são questões que são públicas e que temos essa legitimidade como Órgão Executivo e julgo que não houve da nossa parte qualquer situação que não tenha a ver com a transparência de todo o processo, sendo que o memorando que foi feito para essa reunião, foi de forma resumida, colocada a conhecimento de todo o Executivo, e que pode obviamente, ser encaminhada, como vai ser pública a ata.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permita-me a Assembleia Municipal, dar duas pequenas notas, para que não restem dúvidas de espírito a ninguém.

Uma, é a questão do queixume daquilo que a Senhora Presidente diz, ou não diz. Ora, como toda a gente sabe aqui, a Mesa da Assembleia Municipal, não tem tutela administrativa sobre o Executivo, muito menos sob a Senhora Presidente de Câmara. Como não tem o poder e a autoridade, seja disciplinar, seja de outra natureza, para exigir que diga o que se entende que diga e o que não diga aquilo que não se entende que não deve dizer. Portanto, usa o seu livre exercício de todo o direito democrático e político da palavra e diz aquilo que tem ou entende dizer.

Outra questão, é relativamente à mencionada Comissão Permanente extraordinária, às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na Assembleia Municipal de 29 de dezembro. A questão seguiu um circuito e neste momento, o mesmo circuito será seguido e será tudo naturalmente partilhado, ou seja, a questão nasceu em Assembleia Municipal, foi levada a Comissão Permanente e respetiva Câmara Municipal. Agora, depois de, conforme a Senhora Presidente disse, ter sido elaborado o memorando, ter dado conhecimento aos restantes Membros do Executivo, seguirá o circuito até ao ponto de origem, para que seja partilhado por todos, como já ouvimos, teremos a oportunidade de ver aquilo que vai ser publicado em Ata do Executivo, que também temos que ter oportunidade para saber se nos revemos ou não, naquilo que foi partilhado, discutido e apresentado em Sede de Executivo. De resto, a questão foi até endossada à Comunicação Social sobre aquilo que era o resumo preliminar dessa Reunião. A Mesa, apenas aguarda para ver aquilo que foi discutido em Sede de Executivo, ver o que está lá exposto e seguirá agora o circuito até ao ponto de nascer e de origem e naturalmente será partilhado por todas as conclusões do que ali foi tratado e daquilo que é o nosso posicionamento do centro sobre a questão.

Nada ficará por dizer ou por partilhar, ou expor a todos os Membros desta Assembleia Municipal, apenas aqui foi adotada uma metodologia formal, e de respeito democrático pelos Órgãos e é nisso que devemos centrar, o respeito democrático pelos Órgãos.

Fim destas duas notas, dou conta a Assembleia Municipal, que a Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde no Concelho de Mirandela, que foi aqui eleita no passado mês de setembro de 2023, teve como primeira iniciativa uma visita ao Hospital de Mirandela, no passado dia 9 de fevereiro, tendo oportunidade de reunir com todo o Conselho de Administração da ULS (Unidade de Saúde Local) do Nordeste. Desta visita e do teor da reunião com o Conselho de Administração, vai vos dar nota o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Doutor *Francisco Esteves*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

No dia 9 de fevereiro de 2024, pelas 10 horas da manhã, teve lugar a visita da Comissão Municipal da Saúde à Assembleia Municipal de Mirandela com uma reunião formal com o Conselho de Administração da ULS Nordeste. Estiveram presentes, em representação da Comissão Municipal da Saúde, os Senhores Deputados, *Francisco Esteves*, *Luísa Belchior* e *José António Ferreira*, integrando a Mesa da Assembleia Municipal, o Deputado *Mário Vilarinho* do PS, *Carlos Ventura* do PSD, Deputado *Virgílio Tavares* CDS-PP, *José Carlos Teixeira* da Bancada Independente e o Deputado *Jorge Humberto* da CDU.

O Conselho de Administração (CA) da ULS Nordeste era presidido pelo Senhor Presidente Doutor *Carlos Vaz*, estavam presentes o Senhor Diretor Clínico, o Doutor *Duarte Soares*, a Senhora Diretora Clínica pós cuidados primários, sendo o primeiro dos cuidados hospitalares, a Dr.ª *Filipa Faria*, o Enfermeiro Diretor e dois vogais executivos do Conselho de Administração.

Os temas desenvolvidos ao longo da reunião, foram sistematizadamente a ULS, qual a situação do Concelho de Mirandela, quais as especialidades e valências disponíveis, quais as carências, críticas reportadas, quer em cuidados primários a nível do ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), quer em cuidados hospitalares, qual era a visão estratégica da ULS Nordeste.

Foram abordados também, pontos sobre a introdução e implementação de planos de contingência, e qual a filosofia de orientação estratégica dos doentes.

Relativamente ao Polo de Mirandela, a Comissão discutiu com o Conselho de Administração as valências em desenvolvimento.

A atividade de ambulatório e a situação do Serviço de Urgência, e foram também abordados outros assuntos.

Neste ponto, outros assuntos, foram colocadas questões pelos Senhores Deputados, *Mário Vilarinho*, *Carlos Ventura*, *Virgílio Tavares*, *Jorge Humberto*, além das questões colocadas pela Mesa da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente.

Além dos temas apresentados, foram discutidos assuntos relativos a outras classes profissionais da ULS Nordeste, como, capacitação de enfermagem, o transporte de doentes, gestão e organização da ULS, e modelos de financiamento, quais constrangimentos locais sobre fixação de recursos humanos.

Foi aflorada também a questão, do setor privado na saúde com esclarecimento sobre os Centros de Saúde, em modelo de transição organizacional para USF (Unidade de Saúde Familiar) Modelo B, implementado também já em Mirandela.

Também se abordou a questão dos modelos de gestão em cuidados primários e nesse contexto foi anunciado que, em Mirandela, num dos Centros de Saúde já estava em modelo de USF Modelo B.

Para terminar a reunião, decorreu num clima e ambiente adequado de grande interação pedagógica e informativa com a Comissão Municipal de Saúde. A Comissão a quem cumpre agradecer a forma impecável como foi recebida pelo Conselho de Administração da ULS Nordeste.

O reporte detalhado destes assuntos, será obviamente fornecido aos Senhores Deputados, Membros da Comissão de Saúde e também aos Líderes das Bancadas Municipais da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votos de continuação de bom trabalho da parte da tarde desta Assembleia.

As comunicações que a Mesa tem para fazer esta Assembleia prendem-se com, relativamente às dúvidas colocadas sobre eventuais incompatibilidades do exercício das funções de Deputado Municipal e desempenho de funções na Câmara Municipal de Mirandela, não obstante a solicitação de parecer jurídico do Departamento Jurídico do Município, a Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela informa que irá solicitar um parecer jurídico ao Órgão adequado e competente para avaliação e esclarecimento da questão suscitada.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Do mesmo modo, quanto à questão aqui também colocada relativamente aos funcionários sujeitos à repetição de Concurso, que mantiveram as suas funções por decisão da Câmara Municipal, no período decorrente da decisão do Tribunal e do respetivo concurso, a Mesa informa que também sobre esta matéria irá solicitar parecer Jurídico às instâncias próprias da tutela.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu tinha aqui umas pequenas observações sobre a questão da sua informação.

Em relação ao ponto 2.3, Manutenção de Edifícios, diz a sua Informação, “colocação de diversa sinalização vertical vandalizada e pintura de sinalização horizontal”.

Aquilo que eu lhe perguntava Senhora Presidente, em relação à sinalização vertical, não tenho memória que possa esclarecer aquilo que foi substituição dessa sinalização vertical.

Mas em relação à pintura da sinalização horizontal, eu tenho muito a dizer sobre isto. A Cidade de Mirandela, para não falar daquilo que são as estradas nacionais, tem um défice de sinalização horizontal muito deficitária. Eu vou dar dois exemplos, naqueles que parecem que fazem parte daquilo que quem visita Mirandela e se apercebe que na rua da Cocheira temos um traço contínuo, quem vem da rotunda da Cocheira para a Ponte Nova e quem sai do parque de estacionamento, aquela sinalização que são traços contínuos estão completamente apagados e há muitos visitantes de Mirandela, que não conhecem Mirandela e pensam que podem virar à direita e à esquerda, o que faz uma penalização, se a polícia estiver ali para fazer uma intervenção, o que é demasiado vergonhoso para a nossa Cidade, como também aquilo que é a sinalização dos parques de estacionamento.

Eu tenho referido isto várias vezes, no programa de rádio do qual tenho privilégio de fazer parte.

Chamar a atenção à Vereação para este fenómeno, mas pelos vistos, aproveito agora a Assembleia Municipal para tocar nesse ponto, porque quando a Senhora Presidente fala neste ponto, diz-me que está a ser feita a colocação dessa diversa sinalização e não é o que se passa concretamente.

Senhora Presidente, no ponto em que fala, das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, diz a Senhora Presidente na sua Informação, que há 30 bolseiros que foram já atribuídos a sua bolsa e aquilo que eu lhe perguntava, porque é aquilo que eu tenho sentido na auscultação com a população, é se já começaram a ser pagas essas bolsas? Estamos a falar num valor irrisório de 75 euros e se essas bolsas, já começaram a ser pagas, aos 30 que estão contemplados por essa bolsa. E pelo que diz na sua Informação haverá cerca de mais nove, que vão ser contemplados por essa bolsa e aquilo que eu perguntava era, se esses nove que vão ser contemplados agora, a Câmara Municipal vai fazer o pagamento retroativo a partir de novembro, que foi isso que ficou estipulado na sua promessa.

Em relação à questão da Resíduos do Nordeste, nós sabemos que no mês de julho de 2023, houve uma derrocada que interrompeu a estrada que dá acesso aquilo que ligava o Aterro à Estrada Nacional 623. Em julho de 2023 tanto os trabalhadores que trabalham na Resíduos do Nordeste, como propriamente a sua frota que faz a recolha dos monstros e dos lixos, têm que percorrer uma maior distância para poder ter acesso a essa questão. E aquilo que eu lhe perguntava, à Senhora Presidente é que hoje como estamos no tempo das contas certas, estamos em campanha eleitoral, estamos nas contas certas, eu perguntava à Senhora Presidente, sendo parte da Administração da Resíduos da Nordeste ou fazendo parte dessa função e em termos de gestão, o que é que ficará mais barato? Os camiões da Resíduos do Nordeste terem que percorrer um percurso, eu não fiz a contabilidade dos quilómetros, mas poderem ter acesso ao Aterro e aos próprios trabalhadores, por aquilo que soube na última Assembleia Municipal, para terem acesso, tinham que ir numa carinha 4x4, para poderem passar naquele troço que foi inventado à última da hora, eu perguntava-lhe, para quando a resolução deste problema que tanto prejudica, não só a empresa Resíduos do Nordeste, como também prejudica os trabalhadores que lá trabalham.

Mas continuando na questão da Resíduos do Nordeste, Senhora Presidente, soubemos que a Resíduos do Nordeste acabou o contrato com a Multitrab, foi rescindido aquilo que nós chamamos, os trabalhadores precários, trabalham seis meses, ou 1 ano para uma empresa, que presta serviços à Resíduos do Nordeste e ao fim de um ano, esse contrato acaba, esses trabalhadores vão para o desemprego, é contratada nova empresa, esses trabalhadores voltam a entrar para a empresa com outro nome e o que é facto, é que os direitos dessas pessoas continua a ser igual a zero, porque? Porque aquilo que nós percebemos e que devíamos perceber todos, trabalho permanente requer posto de trabalho permanente e não precário, porque, continuamos a subvalorizar aquilo que é o trabalho das pessoas, muda-se a empresa, volta o conta-quilómetros a zero, não há direitos, não há progressão na carreira portanto, fica tudo igual.

Eu acho que para uma Câmara Municipal que tem e bem e que deve ter e nós apoiamos até essa filosofia empírica, ideológica, eu não lhe quero é chamar utópica, uma Câmara Municipal que tem assento numa Administração desta empresa, permitir constantemente que trabalhadores que têm um trabalho preponderante naquilo que são a recolha dos lixos, continue a ser renovado os seus trabalhadores de empresa para empresa, para fugir aquilo que é o mais elementar, que são os direitos de quem trabalha, com a progressão na carreira, com os aumentos salariais e não andarmos aqui a fazer e a alimentar aquilo que nós todos criticamos, todos criticamos, que é o trabalho precário e não a valorização do trabalho portanto, eu gostava de saber qual foi o papel que esta Câmara Municipal, com assento na Administração desta empresa, tem a dizer sobre esta metodologia de trabalho precário e alimentar este monstro, que é a subvalorização do trabalho e a não valorização do trabalho que estes trabalhadores prestam a Mirandela com todo o seu direito.

Em relação à página 10, Senhora Presidente, queria fazer-lhe uma pergunta, estamos a falar naquilo que tem a ver com Património Cultural, eu na última Assembleia Municipal fiz-lhe uma pergunta concretamente com quem tive o prazer e tenho sempre que encontrar o Vereador *Vitor Correia* nestas questões, quando marcamos reuniões de trabalho, como é que está a questão do Museu? Já está concluído? É que nós sabemos também que, quando o Museu não estiver concluído e certificado, as peças que lá estão poderão ter que ir embora, porque aquele Museu não está certificado nem qualificado, portanto, eu gostava de saber até quando e para quando é que este Museu, as suas obras serão concluídas?

A outra questão, tem a ver com o Bairro Tua Sol, eu já estou cansado de ouvir o Senhor munícipe *Manuel Brízido*, falar na questão do som da *tirolesa*. Senhora Presidente, na sua Informação diz que há melhorias, há vistorias e bem na questão da segurança, mas aquilo que falta sabermos aqui, é se desde a última Assembleia Municipal em que eu pus a questão nesta Mesa, se já foi feito aquele pedido que acho que é de todo elementar quando estamos a falar de um bem público, foi feita a medição do ruído na utilização daquele equipamento, em casa do Senhor *Manuel Brízido*, para ver se realmente aquele equipamento, tem condições para estar ali, ou não?

Eu acho que era de elementar, do bom funcionamento de uma Autarquia, defendermos os interesses de todos os municípios, se foi feita a medição do ruído que aquele equipamento provoca e se realmente, o ruído ultrapassa os limites que são aceitáveis, então aquele equipamento tem que ser retirado.

Eu agradeço ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, eu estarei lá se for essa a necessidade de ir à inauguração da *tirolesa* no Navalho. Provavelmente poderá não ser, por pena nossa para as crianças, mas pelo menos para os mais velhos poderem brincar um bocadinho, por causa da desertificação das aldeias.

Senhora Presidente, a CDU teve conhecimento e fez chegar à Mesa um pedido de informação, que está a decorrer um processo em Tribunal da Comarca de Bragança, na qual a AIN, terá citação após penhora. Considerando que a Agroindustrial do Cachão, é uma empresa participada pelos Municípios de Vila Flor e Mirandela, detendo o Município de Mirandela 49,1% da empresa e tendo em conta a importância estratégica deste Complexo para ambos os Concelhos, enquanto Polo de Desenvolvimento Regional, assim ao abrigo do disposto da alínea a) e d), do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, solicitamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal, os seguintes esclarecimentos:

Tem conhecimento do processo em curso, acima referido? Ou seja, da citação penhora? A ser verdade, quais são as razões, quando viram a citação após penhora, e em que consiste?

Quais são as consequências diretas e indiretas, no curto e médio prazo, para a atividade da AIN e do Complexo?

Que medidas estão a ser tomadas pela AIN e pelo Município de Mirandela, para resolver este problema?

Senhores Deputados, eu vou-vos situar do que estamos a falar, para não haver dúvidas e para ficar claro de quando nós falamos do Cachão e se falamos de alguns projetos em termos de eleições, para a dinamização do Cachão, e aqueles nomes pomposos que damos aos projetos. O que está em causa, é o seguinte: Para um correto enquadramento das razões que conduziram à citação após penhora, o termo certo à hipoteca, em substituição de penhora em que consiste, vamos recuar no tempo, em 31 de agosto de 2005, o Conselho de Administração da AIN, na sua Ata n.º 150, deliberou a celebração de um Contrato de Abertura de Crédito com o BES (Banco Espírito Santo), no valor de 750 mil euros, amortizável em três anos, como garante deste contrato AIN hipotecou a favor do BES, 13 imóveis inscritos na Conservatória do Registo Predial de Mirandela e na Matriz Predial respetivos sob o art.º 329, 340, 371 e 378 e à data eu não fazia parte desta Assembleia Municipal, mas sabemos todos quem era o Presidente em 2005 e sabemos quem eram os Administradores da AIN do Cachão. Os 750 mil euros que foram propostos para a AIN, foi com o propósito de 500 mil euros, serem investidos na promoção da marca e 250 mil euros, se eu não me engano, foi para a compra da quota do lugar que existe no Cachão.

No dia 7 de julho de 2007, o Conselho de Administração encetou negociações com o BES, para um novo financiamento, novamente no valor de 750 mil euros, com o objetivo de amortizar o contrato anterior, celebrado em agosto de 2005 e definir novas condições de prazo e juros prestados, tendo concluído e incluído os seguintes imóveis respetivos de hipoteca, ou seja, ainda fizemos mais hipotecas sobre aquilo que lá estava, que era do art.º 836 ao art.º 864, ou seja, foram hipotecados todos os imóveis que pertencem ao Complexo Agroindustrial do Nordeste. Isto quer dizer que no dia 28 de abril de 2008, vocês vejam a cronologia do tempo, para não ficarmos com memória curta, a AIN, na sua Ata n.º 169, deliberou por unanimidade, a celebração de um novo contrato de abertura de crédito com o Banco Espírito Santo, no montante de 750 mil euros, pelo prazo de 48 meses, com vista a liquidar o saldo em dívida, referente ao financiamento amortizável, no prazo que foi contratado em 2005. No dia 31 de maio de 2008, foi formalizado o Contrato com a AIN e o BES. No dia 21 de março de 2009, por força do não cumprimento do contrato, as condições de financiamento foram alteradas com vista a ajudar a AIN no cumprimento das suas obrigações contratuais.

Em 15 de setembro de 2012, por força do não cumprimento do contrato FE002794/07, as condições do financiamento foram uma vez mais alteradas com vista a liquidar, a ajudar no cumprimento das suas obrigações contratuais. No dia 3 de agosto de 2014, foi constituído o Novo Banco, S.A., tendo os créditos do BES sido transferidos para o NIB onde se incluí o crédito sobre a AIN. O incumprimento por parte do AIN começou no dia 15 de junho de 2015, com um saldo em aberto de 421.558,42 euros.

No dia 7 de junho de 2019, por se manter o incumprimento da AIN no pagamento das prestações devidas ao Novo Banco, que por sua vez, cedeu à Ares Lusitani – STC, S.A. o conjunto de créditos que tinha sobre a AIN, nesse mesmo período a Ares Lusitani – STC, S.A. designou o Fundo Hipoges, para intermediar as negociações com a AIN. Após notificação ao Município, dando conhecimento da cedência do conjunto de créditos detidos pela Ares Lusitani – STC, S.A. o Conselho de Administração da AIN, à data, reuniu com os Técnicos do Município e eu quero acreditar que tenha sido com os dois Municípios, o ROC Dr. *Fernando Peixinh* e mandou este último, estamos a falar em 2015, para intermediar as negociações com o Fundo Hipoges. Na sequência das negociações, entre o ROC Dr. *Fernando Peixinh* e o Fundo Hipoges, surgiu a possibilidade de negociar o valor da dívida, por valores inferiores e benefícios para ambas as partes envolvidas, encontrando-se na mesma fase muito avançada de pré-formalização de acordo por escrito.

Em 31 de dezembro de 2022, não havendo ainda entendimento entre as partes, para a resolução do processo, o valor da dívida, capitalização de juros, passou a ser de 808.522,39 euros. No dia 18 de dezembro de 2023, após recusa da proposta apresentada pela AIN, para a resolução da dívida no total, o credor, Ares Lusitani, acionou por meios legais, tendo dado entrada no Tribunal Judicial de Bragança, o processo n.º 702/23 3.8BCG, que visa a execução dos imóveis hipotecados como consequência direta, temos a possível transferência dos ativos fixos tangíveis da AIN para terceiros, pela via da venda judicial, em termos de balanço, com considerável perda patrimonial.

O Conselho da Administração da AIN, reuniu em setembro de 2022 com o Fundo Hipoges na sua delegação do Porto e desta reunião resultou a elaboração de uma proposta em anexo devidamente fundamentada, que não foi aceite, dando ao Município com base na discussão da reunião da Assembleia Geral ficou por definir, deixar o processo correr, ir acompanhando a sua evolução. Isto foi o que CDU perguntou à Câmara Municipal de Mirandela e foi esta a informação que nos deu a Câmara de Mirandela, consultando o processo.

O que se passa a seguir? O que se passa a seguir ainda é mais caricato, que é exatamente aquilo que está em cima da mesa. O Complexo Agroindustrial do Cachão, isto foi o que a Câmara Municipal utilizou para poder negociar a dívida com o Fundo Hipoges, diz o seguinte, o Património do Cachão tem 29 lotes, tinha uma quinta com 40 hectares, foi vendida por 140 mil euros. O Cachão, detinha outra quinta, nos Cortiços, com 80 hectares que foi vendida, alienada por 300 mil euros. O Cachão tinha cerca de 100 casas no Bairro, que foram todas vendidas e eu não vou dizer o valor, para os Senhores não ficarem assustados, mas por muitos valores. O Cachão detém neste momento 12 lotes vendidos, quatro lotes arrendados e os três lotes destruídos pelo incêndio.

Aquilo que a CDU pergunta, Senhora Presidente e esta foi a informação que a Senhora Presidente e o seu Executivo, nos deu por pedido nosso e obviamente que a esta informação, eu vou acrescentar aquela que me vai dar, é que para além da penhora que temos sobre todo o Complexo Agroindustrial do Cachão, pode ser vendido em penhora por valores que vão perfeitamente lesar aquilo que é o direito público, de que todos nós investimos. Nós temos um problema, é que o próprio Matadouro do Cachão está incluído neste processo, para além de outro processo que tem.



Agora Senhora Presidente, o que é que se fez a este dinheiro? O que é que se fizeram aos 750 mil euros em 2005, que foram contratualizados pela Administração do Cachão, com o aval, na altura, do Senhor Presidente da Câmara de Mirandela, juntamente com o Presidente da Câmara de Vila Flor. O que é que foi feito com esse dinheiro? O que é que foi feito com os cerca de 700 mil euros da venda de dois terrenos, um de 40 hectares e outro de 80. O que é que foi feito com o dinheiro da venda das casas do Bairro do Cachão?

Hoje olhamos para o Cachão e todos dizem que não é viável, aquilo está completamente ao abandono. Mas o que é facto é que o Cachão rendeu dinheiro. Para onde foi esse dinheiro?

O desafio que lhe faço, Senhora Presidente e faço aqui com toda a veemência, e pode ter a certeza absoluta, enquanto eu estiver assento nesta Assembleia Municipal, seja a Senhora Presidente, Presidente, seja quem vier, enquanto não se fizer uma auditoria àquilo que foram os dinheiros transitados no Cachão, desde 2005 até hoje, o PCP, a CDU não vão abandonar este tema, porque estamos a lesar o património público, que todos enchemos a boca com o *Camilo de Mendonça* e depois, desbaratou-se um património, não sabemos a favor de quem, mas sabemos uma coisa, é que não foi a favor daquele empreendimento que lá estava, podia estar ao serviço da nossa região e continuar e não estar ao serviço de ninguém, a não ser dos agiotas que vão pagar aquilo por meia dúzia de tostões, que só em granito provavelmente, vão pagar o próximo empréstimo que possam fazer ao Banco, para ficarem com espaço enorme, de maior projeção.

Senhora Presidente, aquilo que eu lhe peço e olhos nos olhos, é que aquilo que este Município, juntamente com o de Vila Flor, tem que fazer uma auditoria às contas e pague-se o dinheiro que se pagar. Estamos a falar de património público, construído com dinheiro público e que não pode ser desbaratado em interesses de privados.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à sinalização, à sinalética e às pinturas, de facto temos algumas situações as quais foram referidas. Temos aqui alguns Presidentes de Junta que estavam presentes no Conselho Municipal de Segurança, foram levantadas no último Conselho Municipal de Segurança alargado, muitas questões relacionadas com a sinalização e também foi de facto abordada esta questão das pinturas, da sinalética horizontal. Nós tivemos efetivamente na Cocheira, uma empreitada que está dentro do prazo e portanto, pedimos ao empreiteiro para vir reparar as pinturas. O que é certo, é que ainda não fez o trabalho, mas a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo vai fazer esta reparação com a pintura, recorrendo a outros meios.

A PSP, o que nos disse no Conselho Municipal foi que não havia da parte da PSP autuação, nesse caso que não era visível a pintura e portanto, aí nesse local vai ser efetuada essa pintura. Depois, existem ao longo do concelho, pinturas de estradas municipais que vamos em conjunto com a GNR, que já tem vindo a acompanhar e também a PSP na cidade, novos métodos de dissuasão de velocidade de passagem de veículos, que foi uma das questões que foi abordada na última Reunião do Conselho Municipal de Segurança alargado.

Efetivamente, as estradas nacionais, dependeremos sempre da IP, a Infraestruturas de Portugal esteve presente não no último, mas no anterior Conselho e ficaram de avaliar as questões relacionadas com velocidade de passagem de veículos, em particular nas nossas aldeias.

Relativamente às Bolsas de Estudo do Ensino Superior, o valor que vai ser pago foi atualizado, o número de Bolsas da última Reunião de Câmara, de 30 para 39, foi solicitada pelos Serviços de Educação o aumento do número de Bolsas para 39 e vamos pagar os 75 euros vezes os 10 meses da Bolsa e portanto, ainda não começaram a ser pagas, mas vão ser pagas, logo que estejam todas incluídas, porque alargamos o número de Bolsas porque tínhamos mais estudantes que preenchiam os critérios e portanto, fizemos um alargamento a todos aqueles que preenchiam os critérios.

Em relação à estrada ao Parque Ambiental, de facto houve uma reunião, não é uma Estrada Nacional, é uma Estrada Municipal. Havia um orçamento de uma Empresa, cuja solução era as pregagens daquele maciço rochoso e portanto, o valor que estaria em causa andaria à volta de 1,2 milhões de euros, mas efetivamente contactamos o Fundo Ambiental e entretanto pedimos novos orçamentos. Provavelmente, na próxima semana, já temos novos orçamentos, que têm outras soluções de engenharia, mais compatíveis com o orçamento que temos e portanto, aquilo que posso dizer, é que na próxima semana, vamos contactar os trabalhadores, no sentido de dizer quando é que poderemos avançar com o concurso para a execução do trabalho.

Relativamente às questões relacionadas com os trabalhadores, voltamos a abordar o Conselho de Administração e portanto, eles próprios da Resíduos da Nordeste, já responderam a várias questões relacionadas com os direitos dos trabalhadores e portanto, aquilo que lhe posso dizer é, em reuniões do Conselho de Administração, esta é uma temática que todos falamos sobre isto, é uma decisão da Empresa e como em todas as Empresas Intermunicipais, tem que ser votada por maioria, todas essas decisões.

Em relação às salas de reserva do Centro Cultural, estamos a tratar da situação e portanto, julgo que dentro de pouco tempo podemos ter o processo concluído.

No caso do Parque Infantil, de facto foi solicitada à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, a medição do ruído e houve uma explicação técnica, do facto de não poder ser feita esta medição, pelo que solicitei ao Senhor Vereador *Vitor Correia* para enviar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ser distribuída por todas as Bancadas Parlamentares para vosso conhecimento.

Em relação ao Complexo Agroindustrial do Nordeste, de facto aquilo que leu foi uma informação que foi solicitada ao Conselho de Administração. Sabemos que há muitos anos, que temos estas questões de empréstimos e portanto, neste momento temos a negociação com o Fundo que não conhecemos. É um Fundo que provavelmente comprou estes imóveis muito mais baratos do que aquilo que agora quer vender. Eu acho que é uma situação de preocupação, Senhor Deputado. Nós, desde 2017 que temos feito todos os possíveis para conseguirmos ter soluções. É certo que a responsabilidade é nossa, é de todos nós, todos nós devemos ter soluções e eu não vejo aqui nesta Assembleia nunca soluções e gostava de perguntar e gostava que todos colaborassem, o que é que nós podemos fazer, porque até hoje em relação ao Cachão, tudo aquilo que tem sido feito pelos dois Municípios é de gerir a situação, manter em funcionamento o Matadouro Industrial do Cachão e fazer as obras necessárias à sua promoção, até porque a consideramos ser de interesse público aquela infraestrutura. Quando a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica),

encerrou o Matadouro durante dois meses, os trabalhadores e os criadores de animais, tinham que ir abater bastante longe, o que não compensa o abastecimento da carne, em particular a carne de bovino e por isso, conhecemos estes problemas, temos feito aquilo que é possível e tem sido feito bastante, mas ainda temos, como sabem, fazer cobertura de prejuízos, porque não é sustentável.

Infelizmente têm aberto outros matadouros que não têm a capacidade de abate, que tem o Complexo Agroindustrial do Cachão e que nenhum deles é sustentável sob o ponto de vista da sua atividade. Isso faz, com que muitas das Câmaras que tinham matadouros bastante mais pequenos do que o Complexo Agroindustrial do Cachão, estão internalizados na própria Câmara, sendo que nós sabemos que estas dívidas, são dívidas avultadas para internalizar em qualquer um dos Municípios, por isso iria criar constrangimentos à própria Câmara Municipal. Sendo de facto um processo muito difícil, que tem contornos jurídicos complicados, mas que não vamos baixar os braços até conseguirmos resolver o problema.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente e o seu Executivo, têm um problema enorme em mãos, mas sei que a responsabilidade não é sua, como mencionei há pouco, o incumprimento começou a partir de 2015 e desde 2015 até agora, nunca se pagou a dívida e por isso é que a dívida de 750 mil euros, passou para 804 mil euros.

Aquilo que eu lhe pedia Senhora Presidente e obviamente que isto é um problema de todos nós e é um problema de um bem público que está em cima da mesa e olhando para trás, nós conseguimos perceber bem a leviandade. Eu, vou chamar-lhe este nome para não ser mais mal-educado, mas acho que a leviandade calha bem, com que nós tratamos estes problemas, a leviandade com que se trabalha, que se trata os dinheiros públicos de todos nós, e depois, dizemos que não há dinheiro, para isto e para aquilo. Senhora Presidente, aquilo que eu estou a dizer aqui, aos microfones desta Assembleia Municipal, é o desafio da Senhora Presidente ter a coragem política, para fazer uma auditoria às contas da Agroindustrial do Cachão, juntamente com o seu homólogo, Presidente da Câmara de Vila Flor, porque como nós sabemos a Administração da AIN, começou em 1993 juntamente com a Câmara de Vila Flor. Ainda era Presidente o Doutor *José Gama*, no dia, 01/01/1993, a AIN passou para as mãos das duas Câmaras Municipais e aquilo que eu lhe estou a dizer, Senhora Presidente, olhos nos olhos, sem medo, sem qualquer tipo de problemas ideológicos, porque estamos a falar de muito dinheiro, de património que foi alienado, sem ninguém saber para onde é que foi esse dinheiro. Foram duas Quintas vendidas, foram mais de 100 casas vendidas, foi um empréstimo que se fez e se nós não tivermos a coragem hoje aqui, de fazer uma auditoria àquilo que foi a gestão de vários Administradores que passaram pela Agroindustrial do Cachão de 2005 a 2015, estamos a prestar um mau serviço à democracia portuguesa, estamos a prestar um mau serviço ao nosso Município em interesses obscuros que não sabemos quais.

Senhora Presidente, é esse o desafio que lhe faço, custe o que custe o dinheiro a esta Câmara Municipal. Quando a Senhora Presidente tomou posse neste Executivo, fez uma auditoria, que demonstrou várias irregularidades processuais, não foram financeiras, nem foram outras. Agora, o que lhe peço, que é a bem do Município de Mirandela, tenhamos a coragem de fazer uma auditoria desde 2005 até aos dias de hoje, para saber para onde foram os milhões de euros desbaratados em venda de património público, que não estiveram ao serviço do Complexo Agroindustrial do Cachão, nem de Mirandela e provavelmente, estiveram ao interesse de questões privadas. Era isso que eu lhe pedia, Senhora Presidente e era essa a resposta que a Senhora Presidente me poderia dar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concordar, em enviar as declarações e o pedido de auditoria ao Conselho de Administração e portanto, o Conselho de Administração terá evidentemente uma palavra sobre o assunto.

4.2 - Conselho Municipal de Agricultura - Substituição do Membro nomeado pelo Grupo do PS.

----- Foi presente a uma Proposta subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com o seguinte teor:

“Proposta

Assunto: Conselho Municipal de Agricultura – substituição do representante do Partido

No âmbito do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 19 de novembro de 2021, o Partido Socialista indicou como seu representante o Deputado Municipal *Manuel Agostinho Beça de Sousa*, solicitando, agora, a sua substituição pela Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* e que desta alteração seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ponto 4.2 Substituição do Membro nomeado pelo Grupo do Partido Socialista, deve-se ao pedido de demissão por iniciativa própria do elemento que estava indicado por parte da Bancada do PS, que era o Deputado *Agostinho Beça*.

Nessa conformidade, a nomeação dos representantes, da Assembleia Municipal de Mirandela para este Conselho Municipal de Agricultura, que comporta a nomeação de cinco representantes, indicados diretamente pelas suas Bancadas, ou seja, um representante por cada Grupo Municipal, incluindo o representante dos Independentes com assento nesta Assembleia, em conformidade com o estabelecido na alínea j) do art.º 7º do seu Regulamento.

Em conformidade com o Regimento, em que estas indicações são de livre indicação por parte de cada Grupo Municipal, está conferida e dada a informação à Assembleia Municipal para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 - Proposta de Minuta do Contrato de Constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela – Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 25/01/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama e o Município de Mirandela, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;**
- 2 - Conferir poderes à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes;**
- 3 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com todo o respeito, pela sua Pessoa e pela Mesa, eu não posso deixar de manifestar aqui duas coisas, que me entristecem muito.

Meus Senhores, se estão aqui mal, peçam a suspensão do vosso mandado e vão para casa fazer aquilo que melhor fazem, que é não fazer nada. Vocês são eleitos pelo povo para escutinar a Câmara Municipal e estão aqui contrariados. Meus Senhores, façam um favor a vocês próprios, peçam a substituição, esqueçam os 75 euros da senha e vão para casa, ou vão para o café ler o jornal, porque eu não posso, cada vez que subo ao palco, fazer o papel para aquele que fui mandatado pelos eleitores e estar a ouvir bocas desse momento, peço desculpa.

Senhora Presidente, realmente cada vez fica mais claro como é que nós queremos que a Democracia funcione, para a qual eu não estou para aí virado.

Nós não temos nada a objetar sobre esta Minuta de Contrato de Constituição do Direito de Superfície.

Aquilo que eu lhe perguntava, para que ficasse registado em Ata. A oferta é para habitação na Torre Dona Chama, correto?

E eu só lhe queria perguntar, Senhora Presidente, quantos fogos é que vão ser criados com esta Minuta de Contrato de Constituição do Direito de Superfície. Quantos fogos vão ser atribuídos e se isto vai ser realmente para habitação social ou vai ser para outro tipo de habitação?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta é uma aprovação, que tem obviamente a ver com a integração deste imóvel da Junta de Freguesia da Torre Dona Chama para a Estratégia Local de Habitação, para integrar o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e portanto, sendo uma área bastante diminuta, o máximo que poderá dar através do estudo prévio são duas frações portanto, a nossa intenção é fazer habitação, integrar na Estratégia Local de Habitação.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama e o Município de Mirandela e conferir poderes à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes.

4.4 - Proposta de Doação de Parcela de Terreno ao Instituto Politécnico de Bragança - Campus do Instituto Politécnico – Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08/02/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a doação da parcela de terreno, com a área de 2 615,00 m², incluída no Lote 1, propriedade do Município, sito no Lugar do Cruzeiro, ao Instituto Politécnico de Bragança, a fim de ser incluída essa área de terreno no Lote 2, propriedade do IPB, através da subsequente promoção da alteração ao loteamento peticionada, sob condição de procederem à construção de uma residência para estudantes, no Campus do Instituto Politécnico, em Mirandela;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, nós congratulamo-nos com estas permutas e com estas cedências para a construção, neste caso de uma Residência Estudantil, mas esta informação, obviamente é positiva, mas fica aquém daquilo que era expectável. Sabemos nós, que a Câmara Municipal, participou a compra do Hotel Mira Tua juntamente com o IPB, para a reabilitação do Hotel Mira Tua para residência estudantil.

A Senhora Presidente, menciona aqui que vamos fazer uma atribuição de uma parcela de terreno avaliado em 160 mil euros e aquilo que eu lhe voltava a perguntar, exatamente como no ponto anterior, qual é a implementação e que número de residências ou de quartos, serão criados com a atribuição deste espaço?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está na Proposta que vem a Reunião de Câmara, tem a ver efetivamente com um concurso, uma candidatura PRR, os promotores podiam ser a Câmara Municipal ou podia ser o IPB. Foi decidido em reunião e porque a candidatura era o Ministério do Ensino Superior, que a candidatura seria promovida pelo Instituto Politécnico de Bragança. Em reunião sugerimos que houvesse a aquisição para reabilitação do Hotel Mira Tua, terá cerca de 70 camas no antigo Hotel Mira Tua e estas têm 120 camas para estudantes do Ensino Superior.

Este é um edifício novo, o terreno era da Câmara e nós estamos a fazer a doação ao Instituto Politécnico, para que possa construir com financiamento, esta nova residência. Já temos o processo aprovado portanto, o processo de reabilitação do Hotel, como esta nova residência, já têm projeto e portanto, julgamos que vão avançar as obras e é uma necessidade para libertar algumas habitações, para habitação das nossas famílias. Como sabem, tem havido esse aumento de custo de habitação própria, porque, pela necessidade maior, que a oferta, relativamente à habitação.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a doação da parcela de terreno, com a área de 2 615,00 m², incluída no Lote 1, propriedade do Município, sito no Lugar do Cruzeiro, ao Instituto Politécnico de Bragança, a fim de ser incluída essa área de terreno no Lote 2, propriedade do IPB, através da subsequente promoção da alteração ao loteamento peticionada, sob condição de procederem à construção de uma residência para estudantes, no Campus do Instituto Politécnico, em Mirandela.

4.5 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08/02/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, para posterior submissão a Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigos 59.º do RJAEL, o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à “Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)” e, consequentemente, à “Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)”, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi uma candidatura que o Município fez, à Associação Internacional das Cidades Educadoras, preenchemos os critérios. Têm aqui os estatutos da Associação. Julgo que é um passo importante para Mirandela.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, para posterior submissão a Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigos 59.º do RJAEL, aprovar o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à “Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)” e, consequentemente, à “Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)”.

4.6 - Proposta de Protocolo de Cedência de Imóvel Municipal - Edifício Piaget.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08/02/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a autorização para a cedência do Edifício Piaget à Associação de Ensino Profissional Artístico – ARTEMIR, nos termos do protocolo a celebrar, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Protocolo de Cedência de Imóvel Municipal do Edifício Piaget para a Artemir (Associação de Ensino Profissional Artístico), é fruto de uma candidatura que a Esproarte e as novas instalações que a Esproarte está a permitir. Resolvem um problema que tem mais de 25 anos. Permitirão finalmente realizar uma candidatura para a abertura do Conservatório de Mirandela, com cursos de iniciação e básicos de música, da 1ª classe ao 9º ano de escolaridade, isto é, até ao 5º grau de ensino especializado da música.

Assim, para além de melhorarmos o perfil do aluno à entrada na Esproarte, todas as crianças, encarregados de educação de Mirandela e também, de locais à volta do concelho, poderão optar por este ensino para os seus educandos, sem terem que se deslocar semanalmente, para os Conservatórios de Vila Real e de Bragança.

Informamos ainda que, já formalizamos esta intenção com a DGESTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), e portanto, os alunos do futuro Conservatório de Mirandela, a partir do 10.º ano, se quiserem continuar a estudar música gratuitamente, terão que ingressar obrigatoriamente na Esproarte, para não termos que duplicar a oferta formativa.

Vamos acreditar que isto pode ser uma realidade.

Esta era uma exigência da DGESTE, da candidatura, para além das medidas de autoproteção, para além de outras exigências. Vamos acreditar, que até ao final do mês de fevereiro, tenhamos esta candidatura pronta, para submeter à DGESTE. É mais uma oferta formativa, para as nossas crianças.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização para a cedência do Edifício Piaget à Associação de Ensino Profissional Artístico – ARTEMIR, nos termos do protocolo a celebrar.

4.7 - Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08/02/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Relatório de Execução dos Primeiros doze meses de Implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação e o Relatório de Avaliação Global do Plano Municipal da Igualdade e Não Discriminação de Mirandela 2022-2025;**
- 2 - Submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Apraz-me felicitar o Município de Mirandela, nas pessoas da Senhora Presidente, da Senhora Vereadora da área social, e das equipas envolvidas no Diagnóstico e Plano para a Igualdade, a vigorar quer na estrutura organizativa da Câmara Municipal, quer na definição dos desígnios destinados a todo o concelho de Mirandela.

Um plano que já leva cumpridos 2 anos, 2022 e 2023, e tem ainda mais 2 anos para se cumprir.

Há caminho feito, mas há ainda muita estrada para andar.

Foram definidos 7 eixos, desde a Gestão das Pessoas; à Formação, Avaliação e Carreiras, aos aspetos da Governação e Comunicação, da Cidadania e Participação, da Educação e Juventude e Desporto, das Políticas Sociais e do Mercado de Trabalho, e no Combate à Violência Doméstica, e por muito que o cumprimento de 17 das 22 medidas previstas para os primeiros meses, nos faça sentir comprometidos com a causa da Igualdade, ainda há muito a fazer, e este relatório refere mesmo como está enraizada a problemática da Desigualdade de Género, quer no nosso Concelho, quer na nossa Região.

Assim, e pensado no que pode o Partido Socialista no programa de governo, e no Manifesto para a Igualdade, que as estruturas das mulheres socialistas também construíram. De que maneira é que, podemos contribuir para políticas locais em prol da Igualdade, deixo algumas das sugestões que me parecem pertinentes para Mirandela, e para a região:

Combater os Populismos que Ameaçam os Direitos Das Mulheres - Combater todas as formas de discriminação, nomeadamente de género, étnica, religiosa ou por deficiência, prosseguindo a luta pelo direito à igualdade e à dignidade.

Promover a Igualdade entre Mulheres e Homens – nos domínios da Tomada de decisão, da Coesão Territorial e Poder Local, do Mercado de Trabalho e da Economia, da Educação, da Saúde, da Habitação, da Inclusão e da Juventude e Desporto;

Reforçar a Economia do Cuidado – na promoção da Conciliação e dos direitos da Parentalidade, e na dignificação do Trabalho não pago.

Erradicar a Discriminação - Combater o racismo e a xenofobia, promover a Inclusão, integração e Migrações, defender os Direitos de pessoas LGBTIQ+; e Combater a Violência de Género.

Novas Desigualdades – Foco orientado para as Alterações Climáticas e Coesão Territorial, para a Inteligência Artificial e áreas *STEAM*, e reforçando o domínio da Educação para a Cidadania.

Lutar pelos direitos das Mulheres é lutar pela Igualdade, é lutar pela Democracia, queremos um Portugal inteiro e uma sociedade mais justa, onde ninguém fique para trás. Nenhum progresso nem desenvolvimento sustentável será alcançado sem as Mulheres e sem o reconhecimento das suas potencialidades.

Porque a Igualdade é o reconhecimento público, efetivamente expresso em instituições e modos, do princípio de um grau igual que é devido às necessidades de todos os seres humanos, já dizia *Simone Weil*, façamos cumprir a Constituição da República

Portuguesa, no seu 13.º artigo - Princípio da igualdade - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Que todos sejamos capazes de fazer mais por isso.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação, que tem uma taxa superior a 70%, está em execução desde 23 de fevereiro de 2023, e está vigente até 2025.

De forma geral foram executadas algumas das seguintes ações, com temáticas importantes, sob o ponto de vista municipal, mas também nacional, a conciliação da vida pessoal com a vida familiar. E aproveitamos também, para dar aqui uma nota, que temos feito um esforço muito grande, sob o ponto de vista da conciliação com novos horários de trabalho na Câmara Municipal, ou seja, de forma, a que exista uma verdadeira conciliação, e de forma que também o trabalho possa ser realizado com o novo regulamento de horários de trabalho. Obviamente que há sempre uma fase transitória, mas julgamos ir de encontro, àquilo que são as necessidades de cada um dos trabalhadores.

Estas Reuniões *focus group*, também sobre a violência doméstica, Igualdade e escolhas académicas e profissionais.

Realizamos também, um fórum para a exposição da temática da igualdade, para a elaboração do diagnóstico.

Várias ações de formação, Igualdade de Género, Saúde Mental, Comunidades ciganas e diálogo intercultural, Sistemas de gestão da conciliação e a prevenção ao assédio no trabalho, remuneração, conciliação da vida profissional e pessoal, formação para a prevenção e combate à violência.

Na área da violência doméstica, foi realizada uma ação de sensibilização em parceria com uma Entidade Formadora, cujo objetivo, foi sensibilizar os relacionamentos saudáveis.

Foi ainda realizado um vídeo de sensibilização, em parceria com o Programa CLDS 4G.

Ainda nesta área, a Autarquia tem trabalhado em parceria com o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica.

Todas as atividades realizadas estão descritas no relatório de execução, com 120 páginas.

Foi realizado também, um Seminário sobre o, “*Envelhecimento Ativo e Relações Intergeracionais*”, em parceria com o programa CLDS 4G.

Trata-se de um documento aberto para todos os Senhores Deputados, Presidentes de Junta e União de Freguesia e no futuro será potencializado na execução de ações com projetos futuros na área social (CLDS-5G/Projetos de combate ao insucesso e abandono escolar, com o trabalho da nossa Rede Social).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao assunto, Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, fico efetivamente admirado com três elementos, um Técnico Agrícola, uma Engenheira Química e um da área do Desporto, isto para a agricultura não sei como é que isto foi feito. Isto é mesmo daqueles favores políticos, que temos que nomear alguém e criou-se aqui esta Equipa que temos que nomear à pressa.

Em relação ao Administrador da AIN, na última Assembleia a Senhora Presidente disse que me ia fazer chegar através da Mesa, toda a informação, o facto é que já passaram dois meses e nada me chegou, continuo a aguardar expectativas sobre essa resposta.

Senhora Presidente, também tive conhecimento que na segunda-feira de Carnaval, teve a preocupação de ligar ao Senhor Padre de Frechas *João de Brito*, um casal tinha sido despejado pelo Tribunal e não tinha habitação e preocupou-se de o levar para a Casa Paroquial de Frechas. Casal jovem, que não pagou e através do Tribunal, teve uma ação de despejo.

Para mim o que é preocupante é porque é que desde o dia 22 de dezembro de 2023, dia da Assembleia Municipal, temos um sem-abrigo no Cachão, um Senhor reformado que está numa cadeira de rodas, estava a dormir dentro de um carro, mas agora está a dormir na rua, porque é que a Senhora Presidente não teve a mesma postura? Porque é que não se preocupou? Pergunto nestes dois meses o que é que Ação Social já fez? A GNR já tem um parecer no Tribunal, desde o dia três de janeiro.

Falei com a Dr.ª *Manuela* e havia uma vaga em Bragança e desde que souberam que era para este Senhor, já não o quiseram lá. 50 anos depois do 25 de Abril, ainda há discriminação?

Eu queria felicitar o Executivo mais uma vez, por ter feito ontem a transferência daquilo que nos devia, sempre antes da Assembleia e bem.

Agora tenho aqui uma questão, que acho que é pertinente só para minha orientação, iremos receber em setembro o primeiro semestre de 2024, iremos receber em fevereiro o segundo semestre de 2024 e como é que é o último semestre de 2025, se as

eleições vão ser em setembro? Vai-nos pagar o semestre todo? Faz uma regra três simples, paga três meses? Paga-nos antecipadamente? Não paga? Era só para saber com aquilo que podia contar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou colocar uma questão sobre a Proposta de Protocolo de Cedência de Imóvel do Edifício Piaget.

Senhora Presidente, vamos criar um Conservatório Musical e dou-lhe os parabéns por essa iniciativa, mas Senhora Presidente aquilo que eu lhe pergunto concretamente, é porque é que continuamos a chamar àquele edifício Piaget?

Já foi pago pela Câmara Municipal e pelos nossos impostos, porque é que temos que estar a fazer publicidade a uma Instituição de Ensino, que já não está em Mirandela?

Então, eu deixava-lhe o desafio, chame-lhe o Conservatório de Música de Mirandela, acho que era mais bonito e ficava melhor à nossa terra.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou responder às questões, que não foi nenhuma questão colocada sobre a Equipa Multidisciplinar, julgo que aquilo que disse é o que é, não é possível responder quando não há perguntas, são constatações.

Relativamente às questões sociais, julgo que há aqui uma obrigação, uma resposta. Isto porque de facto a família foi despejada e a própria família foi à Fundação Salesianos e a Ação Social estava a tentar resolver a situação da família, porque como sabem há muita dificuldade em nós encontrarmos habitações para famílias, já dissemos aqui durante este dia, que é muito difícil encontrar habitação e por isso, tendo ele ido para a Fundação Salesianos de facto, eu falei com a Dr.^a *Maria João* da Fundação Salesianos e ela confirmou-me que existia em Frechas uma residência que poderia estar disponível, para eu falar com o Senhor Padre *João de Brito*.

Falei com o Senhor Padre *João de Brito*, no sentido de encontrar alguma solução temporária para a família e eu não vejo isto com um tom de crítica, bem pelo contrário, temos sempre algumas preocupações sociais e sabemos que não vamos resolver todas as situações, mas tentamos resolver da melhor forma possível, até encontrarmos uma solução definitiva de habitação social para a própria família, que estará para breve.

Em relação à outra situação de que referiu, questionei agora a Senhora Vereadora e de facto recordou-me que houve um Senhor que estava num Lar de Torre de Moncorvo, que assinou um termo de responsabilidade para sair da Instituição e que veio para o nosso concelho. Pelo que sei a Ação Social já enviou várias informações para o Tribunal, para a Saúde Pública e para o Ministério Público e aquilo que referiu, é muito grave sob o ponto de vista social, dizer que a Segurança Social não aceitou por ser quem era, numa vaga social, é muito grave, porque o Senhor assinou um termo de responsabilidade para sair da Instituição. Portanto, dizer que a responsabilidade é da Câmara, 50 anos após o 25 de Abril, as pessoas têm que ter conhecimento das situações, antes de poderem exercer e criticar por criticar, ou seja, o Senhor Presidente a vontade de querer encontrar casos é tão grande, que se esquece que são situações, são pessoas e por trás dessas pessoas há uma história. Eu preocupo-me, ao contrário do Senhor Presidente de Junta, que não parece preocupado com a situação da Freguesia e do concelho, está preocupado com situações pessoais, de ataques pessoais diretos e por isso, lamentavelmente esses ataques, mais tarde ou mais cedo têm sempre uma dupla face.

Eu não tenho mais nada a explicar, são duas situações completamente distintas, que a Ação Social, todos os dias trabalha, 50 anos após o 25 de Abril, ao contrário de outras pessoas, que nada fazem pelas questões sociais. Conheço muitas Freguesias, que apoiam socialmente, outras que não, infelizmente, mas há muitas Freguesias a apoiar socialmente, outras não e muitas daquelas que falam, são normalmente as que menos apoiam.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nas palavras da Senhora Presidente, em relação ao critério de igualdade, a única diferença é que uns foram despejados pelo Tribunal e outro foi ele que assinou a declaração para sair. Por isso é que não teve o mesmo critério, certo?

Eu questioneei-a, porque é que não teve a mesma postura para esse Senhor, tendo conhecimento desde o dia 22? A postura que teve para o Senhor de Mirandela, que foi despejado pelo Tribunal, podia ter falado com o Senhor Padre *João de Brito*, para colocar o Senhor do Cachão na Casa Paroquial em Frechas?

Quando a Senhora Presidente me está a acusar e constantemente a ameaçar que eu não faço nada e que só estou preocupado em criticar, pergunte à Senhora Vereadora *Vera Preto*, quantas vezes eu já reporte esta situação? E à GNR? Já estive no local. Se não fizesse nada, não tinha feito isto!

A Senhora Presidente, é que parece que anda distraída.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, poderia sempre ter contactado o Senhor Padre *João de Brito* para alojar o Senhor que assinou o termo de responsabilidade para sair do Lar Torre de Moncorvo, era tão fácil quanto isto.

Eu conheço situações em que muitos Presidentes de Junta, elaboram também soluções internamente e por isso, a única coisa que eu disse é que nós podemos encontrar em conjunto com as populações, soluções internas e se havia esta disponibilidade, este Senhor podia ter sido realojado na Casa Paroquial.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, nós estamos confrontados durante estes últimos tempos, concretamente nestas últimas duas ou três semanas, a uma nebulosidade característica em Mirandela, em Suções, nos Eixes, em Pai Torto, que tem a ver exatamente com a queima do Lagar dos Leirós. Com efeito nauseabundo de cheiro e impacto ambiental muito grande.

Aquilo que eu lhe perguntava diretamente, Senhora Presidente, que medidas é que a Câmara Municipal está a tomar sobre essa questão? E perceber também, que ainda não está em funcionamento a queima de óleos ali na zona das Latadas. E saber também, se efetivamente, a Câmara Municipal estará a fazer a fiscalização correta, para quando essas obras forem concluídas se vamos ter Mirandela sob uma nuvem de fumos tóxicos, nauseabundos e que nada contribui para aquilo que é, o bom ambiente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, como sabe, a fábrica pertence ao concelho de Valpaços e portanto, aquilo que posso dizer é que essa empresa de extração de óleo de bagaço, como a empresa das Latadas, têm entidades de licenciamento e tem entidades de fiscalização e por isso, aquilo que posso dizer é que a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais está a acompanhar a situação.

Temos neste momento uma viatura para avaliação da qualidade do ar e já solicitei à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que fizesse esse acompanhamento aqui localmente, para conhecermos que tipo de substância é que anda no ar e se realmente são fumos tóxicos, como refere. Nós, nunca fizemos essa análise da qualidade do ar, julgo que é importante conhecermos e a CIM-TTM neste momento, com uma candidatura, tem uma viatura que faz esta análise e portanto, aquilo que nós fizemos, foi solicitar a presença dessa viatura para sabermos o que é que temos no ar e podemos fazer essa análise.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado àquelas pessoas, que cada vez se preocupam mais connosco, desde já da nossa parte, muito obrigado.

Senhor Presidente em 2023, algumas vezes que falamos, falou-se exatamente da situação da *tiroleira*. A Câmara, nunca mais me deu uma resposta. Já é tempo de por fim a isto. Cabe a si, Senhor Presidente, não me leve a mal dizer-lhe, chamar este Executivo a atenção de que nós estamos a ser lesados, e a minha mulher, está com problemas de saúde grave e o Senhor tem bem conhecimento disso.

Senhor Presidente, a paciência tem limites e a minha, está a chegar ao fim. Eu disse aqui de manhã, que o caso está em Tribunal. Vão ser arroladas testemunhas, no qual com a sua permissão, automaticamente irá ser citado como testemunha.

Daqui a dois anos, vamos ter eleições. Pergunto-lhe Senhora Presidente, porque é que não há uma alteração do Regulamento perante o Regimento, por causa de fazer, um alargamento do tempo, se houver, cinco ou seis ou dez pessoas para intervir, devem ouvi-los a todos. Porque não poderiam alargar o tempo? Eu, em vez de estar aqui um dia inteiro, faria o que tinha a fazer, só de manhã e não estar aqui para a tarde.

Ouvi aqui muitas vezes, falar da água. A água, não basta custar caro se ainda há pessoas com grandes problemas de beber a água, derivado àquilo que aconteceu e ainda está a acontecer. Hoje, vou dizer aqui plenamente, estarei de acordo de colaborar com as Entidades, sejam elas quais forem, para dizer o que sei, porque tenho provas em minha posse, que irei dizer ao Tribunal, se for o caso, exatamente aquilo que sei e aquilo que se passou connosco, quando fomos levar a água ao Cachão, eu e o meu irmão.

A Senhora Presidente gosta tanto de mim, como eu gostarei de si. Mas vou dizer-lhe uma coisa, nunca me irei esquecer de si, como da primeira camisa que vesti, que não me esquece de que cor ela era.

Em relação ao muro, segundo julgo saber, a Câmara Municipal de Mirandela, não querem fazer medições antes do muro feito, mas apenas e só, as querem fazer depois. A minha exigência é, que fique aqui bem claro, têm que ser feitas antes e depois.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *ERMELINDA PEREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria falar no caminho que dá de Abreiro para o Navalho. Tudo merece ser arranjado e quando as coisas estão arranjadas, a vida é outra. Acho que o nosso caminho para o Baloço do Figo, era muito mais urgente, porque ninguém tem acesso a poder ir lá, por muito que goste. Eu, fui lá anteontem, gostei imenso de lá ir, mas poucas vezes me atrevo a ir, porque as pernas não ajudam. Se o caminho estivesse arranjado para se poder ir lá com o carro, acho que era muito bom e ajudaria muita gente que não pode lá ir, mas que gostava de visitar.

Temos outro caso, que a mim me aflige bastante e mexe muito comigo, que é o parque das crianças. Vem aí o verão, que é a altura que mais gente trás as crianças e uma criança chega ali e não tem o mínimo dos mínimos para nada. Quase todas as aldeias têm um pequeno ou grande parque. Nós, não temos nem grande nem pequeno. Era bom que houvesse um bocadinho de atenção para isso.

Também temos outro caso, que é a nossa escola. Nós tínhamos uma escola, que foi onde eu aprendi, ardeu completamente, tivemos quem a renovasse dos pés à cabeça, ficou como era e hoje, infelizmente está a cair. Nem Mirandela tinha uma escola como a nossa. Se houvesse a possibilidade, de pelo menos por aquele telhado, acho que era uma boa obra e deixaria o povo satisfeito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta ao Senhor município *Manuel Brízido*, vai receber as respostas por escrito.

Relativamente à munícipe *Ermelinda Pereira*, concordo inteiramente com as sugestões que deu. Esta nova obra do Baloço do Figo, julgo que é uma obra muito interessante para Abreiro. Em relação ao parque infantil, vamos ver quais são as prioridades, em conjunto com a Junta de Freguesia. Agora, para já a nossa prioridade é a água e vai ser esse o nosso esforço, a nossa maior preocupação e é o investimento que vamos de imediato, ter que fazer, é a qualidade da água de Abreiro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Concluimos assim os trabalhos da primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumpre-me desejar a todos um excelente fim-de-semana. Um abraço a todos e muito obrigado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 16 horas e 35 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira